

Engendrando Coerência entre as Políticas para o Desenvolvimento

Questões de gênero para a agenda de políticas globais no ano de 2005

Maria Floro e Hella Hoppe

Diálogo sobre a Globalização
Documentos Eventuais
Berlim

Nº 17 / abril de 2005

Fundação Friedrich Ebert / Nueva Sociedad 2006

Prefácio

Vários estudos demonstram que as políticas econômicas causam impactos sobre as desigualdades de gênero. Isto não equivale a dizer que as políticas econômicas sempre exacerbem as desigualdades que existem entre homens e mulheres. Mas é o caso na maioria das vezes. Surge daí a pergunta sobre como essas políticas podem e devem ser formuladas de maneira a tratar das suas implicações de gênero. Mas não é fácil encontrar respostas. Há pelo menos dois obstáculos no caminho.

Primeiramente, destaca-se que está cada vez mais difícil encontrar as origens das políticas econômicas neste mundo globalizado. Os responsáveis pela formulação de políticas no nível nacional alegam que suas decisões são influenciadas por desdobramentos globais e pressões de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio e as Instituições Financeiras Internacionais. Os representantes dessas instituições, por sua vez, argumentam que suas decisões refletem meramente o desejo dos países participantes, responsabilizando assim os seus respectivos governos e parlamentares. O que parece então um típico jogo de culpa também pode ser chamado de *incoerência de políticas* – para usarmos a linguagem própria deste estudo.

Enquanto há uma forma *vertical* para essa incoerência, ou seja, entre os diferentes níveis de formulação de políticas, também há uma versão *horizontal*. Indagados sobre as implicações de gênero havidas em suas decisões, os responsáveis em geral se referem a políticas sociais já existentes. As leis trabalhistas de cada país e os padrões sociais internacionais, por exemplo, estabelecem o objetivo da igualdade de gênero no mundo do trabalho. Mas em geral não se dá atenção ao fato de que as metas sociais são prejudicadas pelas decisões tomadas em outras arenas, como as políticas macroeconômicas ou do comércio.

Qual é a saída para esses dilemas? Neste estudo, Maria Floro e Hella Hoppe argumentam em favor de uma abordagem de *coerência* para as políticas de gênero. Elas chamam isso de *engendrar coerência entre as políticas*. Um de seus pontos de partida é o processo de Financiamento para o Desenvolvimento, conduzido pelas Nações Unidas. O pedido de mais coerência nas políticas é um dispositivo fundamental desse processo.

Ainda que não consigam nos proporcionar soluções rápidas, as autoras do estudo não se furtam a uma postura clara com relação a essas questões. Elas elucidam o complexo relacionamento que existe entre macropolíticas em diferentes níveis, mudanças no mundo do trabalho de hoje e a situação social de mulheres e homens, particularmente os que vivem nas partes do mundo atualmente em desenvolvimento. Seus argumentos se baseiam numa compreensão completa da dimensão de gênero da economia e no sólido conhecimento adquirido em primeira mão do farto material de pesquisa e literatura existente sobre o assunto.

Estamos publicando este documento eventual num momento de grande otimismo e expectativas no seio da comunidade de desenvolvimento internacional. A reunião de cúpula sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio, a ser realizada em Nova York em setembro de 2005, e a 6ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, marcada ocorrer poucos meses depois em Hong Kong, fornecem o pano de fundo para esse otimismo. Ao apontarmos a dimensão de gênero da globalização, desejamos contribuir para o debate que se sucederá nos próximos meses.

Jürgen Stetten

**Departamento de Políticas para o Desenvolvimento
Fundação Friedrich Ebert, Berlim**

1. Sumário Executivo

O ano de 2005 apresenta uma oportunidade única para prosseguir com o ímpeto obtido recentemente através da participação da UNCTAD XI e da sociedade civil nas reuniões da OMC e para mobilizar o apoio político e público em prol de maior coerência entre as políticas para o desenvolvimento. Tal conceito de coerência exigiria que os sistemas internacionais de comércio e finanças prestassem total apoio e operassem em absoluta conformidade com os compromissos assumidos pelas Nações Unidas, especialmente no que tange a equidade de gênero, a redução da pobreza e a outorga de poder às mulheres. Abordar a coerência entre as políticas de forma horizontal envolve um exame das conexões verticais entre o ambiente macroeconômico criado pelo comércio internacional, os acordos de investimentos e empréstimos, e os ajustes e mudanças nos níveis nacional, setorial, domiciliar e individual. Lançando mão de estudos de caso, este artigo explora as conseqüências distribucionais e os resultados de gênero dos atuais regimes internacionais de políticas de financiamento e comércio.

Entretanto, a emergente coordenação das políticas macroeconômicas, principalmente as de financiamento e comércio, se encontra dominada pelas instituições multilaterais de financiamento e comércio, a saber, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial em lugar dos mecanismos de acompanhamento acionados pela ONU. Quanto à sua direção e natureza, o conceito de coerência entre as políticas é incongruente com os compromissos assumidos internacionalmente, particularmente com a Plataforma de Beijing para Ação e as MDM. Tal estado de coisas pode limitar ainda mais a soberania para os governos formularem e implementarem políticas e estratégias domésticas próprias de forma a colocar o povo no cerne do processo de desenvolvimento.

Além dos mecanismos institucionais, é necessário que se tomem providências em vários níveis para redirecionar os processos da ONU em prol de uma coerência entre as políticas e em apoio ao quadro de desenvolvimento humano. Este artigo discute três áreas de importância. Primeiro, não se pode atingir coerência de políticas sem se trabalhar nos níveis nacional e internacional. Os mecanismos fundamentais para ajudar na elaboração de políticas que enfrentem esse desafio são uma avaliação do impacto que as políticas de financiamento, comércio e investimento exercem em termos de gênero e uma transversalização do gênero nos órgãos governamentais e internacionais. Segundo, o papel predominante que a OMC e as Instituições de Bretton Woods desempenham atualmente no processo decisório da economia global só pode ser mudado através de um fortalecimento e protagonização do gênero nas Nações Unidas, de uma reestruturação das Instituições de Bretton Woods, particularmente os seus processos de tomada de decisões e as regras para o voto, e de uma garantia de que seja ouvida em conexão com as negociações e acordos da OMC a voz de grupos de maior vulnerabilidade, especialmente os de mulheres. Terceiro, os processos de acompanhamento conduzidos pela ONU precisam ser conformados de tal maneira que venham a propiciar uma arena adequada para se tratar da coerência de políticas com um enfoque na pessoa humana. O recente parecer da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização e o seu respectivo mecanismo de acompanhamento, que têm ambos seus valores próprios, podem ajudar a fortalecer em especial os processos de financiamento para o desenvolvimento de forma tal que tratem de maneira adequada os objetivos declarados na conferência de Monterrey.



Lista de Siglas Utilizadas

AoA	Acordo sobre Agricultura (OMC)
BPFA	Plataforma de Beijing para Ação
BWI (IBW)	Instituições de Bretton Woods
CEDAW	Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FAO	Organização para Alimentação e Agricultura
FES	Fundação Friedrich Ebert
GATS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (OMC)
ICFfD	Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento
ICFTU	Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
IMF (FMI)	Fundo Monetário Internacional
ILO (OIT)	Organização Internacional do Trabalho
MDG (MDM)	Metas de Desenvolvimento para o Milênio
NGO (ONG)	Organizações Não Governamentais
PRSPs	Documentos da Estratégia de Redução da Pobreza
TRIMS	Medidas de Investimento Relativas ao Comércio (OMC)
TRIPS	Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio (OMC)
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres
WB (BM)	Banco Mundial
WSSD	Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social
WTO (OMC)	Organização Mundial do Comércio

2. Enfoque em 2005¹

Na divulgação oficial do parecer da *Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização* durante a Assembléia Geral das Nações Unidas no dia 20 de setembro de 2004, palestrantes de todo o planeta convocaram uma nova ordem econômica global que venha a pavimentar um caminho para a prosperidade mundial em conjunto com a justiça social. O Presidente Benjamin William Mkapa, da Tanzânia, argumentou que, «profundamente arraigados e persistentes, os desequilíbrios no atual funcionamento da economia global são eticamente inaceitáveis e politicamente insustentáveis, e fazem germinar a insegurança global» (Mkapa citado em OIT 2004b: 2). Presidente Tarja Halonen, da Finlândia, invocou a meta do trabalho decente para todas as mulheres e homens (OIT 2004b: 3). Seus pronunciamentos demonstram a necessidade urgente de tratar das desigualdades existentes que prejudicam a conquista de um mundo justo e mais equitativo. Um passo importante para a superação desse desafio é aumentar a coerência das políticas nacionais e internacionais de forma tal que elas venham a apoiar metas de desenvolvimento acordadas em âmbito internacional, especialmente a de outorga de poder às mulheres, a igualdade de gênero, os direitos trabalhistas, a inclusão social e a erradicação da pobreza.

O ano de 2005 apresenta uma oportunidade única para prosseguir com o ímpeto obtido recentemente através da participação da UNCTAD XI e da sociedade civil nas reuniões da OMC e para mobilizar o apoio político e público em prol de maior coerência entre as políticas para o desenvolvimento. Os governos, as organizações internacionais, a sociedade civil e outras partes interessadas se preparam para avaliar em conjunto o progresso no sentido da consecução dos objetivos envolvidos nos processos de acompanhamento, que incluem Beijing +10, Copenhague +10 e o diálogo de alto nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Além disso, a Assembléia Geral das Nações Unidas vai rever a Declaração do Milênio. Uma característica em comum a todos esses processos de acompanhamento é o monitoramento do progresso em direção à conquista das Metas de Desenvolvimento para o Milênio (MDM), o desenvolvimento social para todos e a promoção da igualdade de gênero e da outorga de poder às mulheres. O ano de 2005 é uma encruzilhada importante para as negociações do comércio internacional e, em especial, para a Rodada de Doha da OMC. Os países membros tentarão chegar a acordos sobre acesso a mercados agrícolas e não agrícolas, questões de desenvolvimento, facilitação do comércio e serviços.² Vários governos e organizações da sociedade civil veicularam suas preocupações cada vez maiores quanto aos efeitos de uma expansão do mandato da OMC quanto a políticas nacionais e soberania econômica (ver Seção 4.3 deste artigo) e as implicações de gênero e distribuição dos acordos da OMC. É portanto necessário assegurar que as políticas internacionais de comércio e financiamento venham prestar apoio e tratar dos compromissos acertados internacionalmente no sentido do desenvolvimento humano sustentável. Tanto os processos de acompanhamento da ONU quanto as negociações da OMC para o comércio na rodada de Doha fazem de 2005 um ano de importantes decisões demarcadoras de uma coerência entre as políticas para o desenvolvimento.

¹ Agradecemos a Frank Schroeder (escritório da FEZ em Nova York), Sigrid Skarpelis-Sperk (deputada social-democrata na Alemanha) e Juergen Stetten, (sede da FES em Berlim) por seus comentários bastante úteis sobre um esboço anterior deste estudo. Gostaríamos também de agradecer aos participantes das oficinas em Genebra e Berlim em outubro de 2004 pelas valiosas discussões sobre a questão de como engendrar coerência entre as políticas.

² Após o colapso das negociações do comércio em Cancun em setembro de 2003, os estados membros da OMC aceitaram um pacote para acordo nas negociações em julho de 2004, que resultou basicamente numa renovação das negociações da OMC para o comércio. O prazo para concluir as negociações da OMC para o comércio é dezembro de 2005 (ICTSD 2004; Rede do Terceiro Mundo 2004).

A primeira parte deste estudo argumenta que é necessário um conceito de coerência entre políticas com enfoque na pessoa humana para assegurar que os sistemas internacionais de comércio e financiamento venham a prestar total apoio e operem em absoluta conformidade com os compromissos assumidos pelas Nações Unidas, especialmente no que tange a equidade de gênero e a outorga de poder às mulheres. A seção também demonstra que essa abordagem horizontal à coerência de políticas exige uma compreensão melhor das ligações verticais entre o ambiente macroeconômico criado pelos acordos multilaterais de comércio e investimento, e dos ajustes e mudanças nos níveis micro, particularmente aqueles vivenciados pelas mulheres.

A segunda parte deste estudo faz, a partir da ótica do gênero, um exame crítico do quanto os quadros de desenvolvimento humano e social da ONU, inclusive o Financiamento para o Desenvolvimento (FfD), propiciam um palco adequado para se tratar das inquietações apresentadas acima. O documento tirado na ICFfD, conhecido como *Consenso de Monterrey*, é efetivamente um pacto entre os países membros da ONU voltado para assegurar que as principais ações invocadas em seus vários capítulos sobre financiamento para o desenvolvimento tenham coerência entre si e se reforcem mutuamente³.

Quadro 1: Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Monterrey

Foi em março de 2002 que se realizou a Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Monterrey, no México. A Conferência adotou o “Consenso de Monterrey”, com seu compromisso fundamental de aprimorar a coerência entre políticas do sistema internacional monetário, financeiro e comercial.

Foram acordados seis temas:

1. Mobilizar os recursos financeiros domésticos para o desenvolvimento.
2. Mobilizar os recursos internacionais para o desenvolvimento: IED e outros fluxos privados.
3. Comércio internacional como força motriz do desenvolvimento.
4. Cooperação internacional financeira e técnica cada vez maior para o desenvolvimento.
5. Dívida externa.
6. Tratar das questões sistemáticas: aumentar a coerência e a consistência dos sistemas internacionais monetário, financeiro e comercial em apoio ao desenvolvimento – Nações Unidas 2002.

Entretanto, as principais ações que foram recomendadas no Consenso de Monterrey como políticas macroeconômicas «saudáveis» costumam ser associadas ao Consenso de Washington e se baseiam na premissa de que a liberalização financeira e a privatização, a prudência fiscal e a liberalização de contas de comércio e de capital aumentam o crescimento econômico (Floro et al 2003). Até o momento, a implementação dessas ações mais importantes tem sido desigual e inadequada no sentido de coordenar esforços desenvolvimentistas entre as partes interessadas. O relatório emitido

³ O Secretário Geral das Nações Unidas Kofi Annan fez uma avaliação otimista em seu Relatório tirado na plenária principal da conferência mas também reconheceu muitas das críticas dirigidas ao Consenso de Monterrey (parágrafos 36 e 37). A seu ver, algumas das “lacunas” no resultado final envolviam uma discussão inadequada de: a) atenuadores para as desigualdades crescentes entre os ricos e os pobres no contexto da globalização puxada pelo mercado; b) “questões sociais” como transversalização do gênero e financiamento de programas sociais; c) bens públicos globais e seu financiamento através de novas formas de taxação possíveis; e d) total cancelamento da dívida externa para os países de baixa renda.

pelo Secretário Geral em agosto de 2004 reconhece o progresso desigual em direção às metas estabelecidas pelo Consenso de Monterrey e a necessidade fundamental de se «fortalecerem os esforços de implementação em todas as áreas do Consenso: nacional, internacional e sistêmica» (Nações Unidas 2004d: 2). E mais, conforme este estudo demonstra, a emergente coordenação das políticas macroeconômicas, principalmente as de financiamento e comércio, se encontra dominada pelas instituições multilaterais de financiamento e comércio, a saber, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) em lugar dos mecanismos de acompanhamento acionados pela ONU. As questões mais preocupantes com relação a gênero e governança bem como quaisquer conseqüências distributivas adversas são ignoradas no processo emergente de coerência entre as políticas, tornando extremamente difícil as políticas macroeconômicas coordenadas se prestarem para a meta do desenvolvimento humano sustentável.

3. Desafios para se engendrar uma coerência entre as políticas de desenvolvimento

3.1 Resgatando o conceito

A natureza vigente e o direcionamento da coerência entre as políticas estão sendo delineados pelas discussões dentro das instituições internacionais de financiamento e comércio. A coerência cada vez maior das políticas de comércio e financiamento faz parte da Declaração Ministerial de Doha, que destacava serem necessárias medidas conjuntas da OMC e das Instituições de Bretton Woods para acompanhar as rápidas mudanças no ambiente internacional (OMC 2001: parágrafo 5; ver também Nageer 204; Projeto Bretton Woods 2003). Esse acordo tem sido fortemente criticado pelas organizações da sociedade civil por fortalecer a harmonização das políticas nacionais sob a predominante ordem neoliberal internacional (Fórum da Sociedade Civil 2004). Os esforços para sistematizar políticas e acordos nas discussões e negociações do FMI, Banco Mundial e OMC aumentaram ainda mais a pressão para os países em desenvolvimento adotarem a liberalização do mercado, a desregulamentação e a privatização (Caliari 2004; Nageer 2004). Por exemplo, o FMI e o Banco Mundial têm se envolvido cada vez mais em políticas de comércio e outras afins em apoio à OMC, propiciando assistência técnica relacionada ao comércio, atividades de pesquisa e treinamento e mecanismos *ex ante* tais como avaliações de desempenho dos países antes de uma aprovação de empréstimo ou de um desembolso de donativos (Williams e Caliari 2004:7).

Tal rumo da coerência das políticas pode vir a limitar ainda mais a soberania que os governos têm para formular e implementar políticas e estratégias domésticas próprias com vistas a colocar o povo no centro do processo de desenvolvimento (ver Seção 4.2). E ainda conduz a uma falta de congruência entre os acordos multilaterais de comércio e demais acordos e compromissos assumidos internacionalmente, particularmente a Plataforma de Beijing para Ação e as MDM. Embora os princípios sobre os quais se fundamentam a OMC, o FMI e o BM as levem a trabalhar para a consecução de metas centradas no povo, o que ocorre é o fortalecimento de assimetrias fundamentais de poder entre as instituições internacionais que lidam com o comércio e os financiamentos e aquelas que apóiam os direitos humanos e o conteúdo social das políticas de desenvolvimento, o que leva a tensões e contradições cada vez maiores (Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização 2004:113). Tem crescido bastante o número de estudos que mostram como as políticas econômicas e os valores que enfatizam a liberalização e privatização do comércio e dos financiamentos acima de tudo mais prejudicam o progresso social e funcionam apenas em benefício de certos países e de certos grupos dentro das sociedades. As necessidades do povo, especialmente as das mulheres pobres – trabalho decente, proteção social e outorga de poder –

tornam-se subservientes ou mesmo se originam do crescimento econômico (puxado pelo mercado) e dos objetivos das políticas financeiras (Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização 2004:112f). As políticas macroeconômicas precisam ser elaboradas com coerência segundo princípios e diretrizes que contemplem o desenvolvimento centrado nas pessoas, nos direitos humanos e na justiça social. Elas precisam direcionar decisões e ações econômicas que beneficiem a todos, particularmente os grupos mais vulneráveis (Ashoff 2002; UNIFEM et al 2004:381; ICFTU 2004).

3.2 Dimensões horizontal e vertical da coerência nas políticas

3.2.1 Dimensão horizontal

Uma globalização justa e equilibrada exige a coordenação das políticas macroeconômicas, do comércio e dos investimentos, e os acordos multilaterais que servem para realizar os objetivos sociais e do desenvolvimento sustentável bem como os padrões de direitos humanos contidos nos compromissos assumidos pela ONU (Deutscher Bundestag 2002). Em muitos casos, as negociações entre organizações internacionais fundamentais se concentram em setores separados, como o comércio, o financiamento, a saúde, as questões sociais e a assistência ao desenvolvimento (Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização 2004:78). Essa compartimentalização dos mandatos institucionais reflete, em grande parte, uma situação paralela que enfrentam os governos dos países, onde em geral falta uma coordenação interdepartamental voltada para a consecução das metas do desenvolvimento, já que as ações se tomam exclusivamente em suas respectivas esferas de governança (Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização 2004:78, ver Seção 5.1). Essa compartimentalização leva a políticas incoerentes não apenas no nível nacional como também no internacional. Os ministros da economia e os representantes do comércio se comprometem com a liberalização do comércio em negociações multilaterais, regionais e bilaterais; ao mesmo tempo, outras autoridades e representantes governamentais concordam com normas e padrões de direitos humanos, proteção ambiental e outorga de poder às mulheres quando assinam convenções, resoluções e declarações, com ou sem força de lei (Walker 2004).

Considerando-se a amplificação da agenda da OMC, que agora abrange serviços, direitos de propriedade intelectual e investimentos, há uma necessidade urgente de se assegurar que os acordos da ONU sirvam como princípios norteadores para a formulação e implementação das regras da OMC (Walker 2004:321-323). Embora as declarações da OMC não se refiram explicitamente aos direitos humanos, existe uma premissa implícita de que suas regras devam acolher as obrigações de seus países membros, que incluem «o respeito e o cumprimento universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião» (Artigo 55 da Carta da ONU). Já que todos os membros da OMC ratificaram os tratados internacionais de direitos humanos e outros acordos da ONU, como a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), a Plataforma de Beijing para Ação ou a Declaração do Milênio, o respeito pelos direitos humanos, inclusive os da segurança alimentar, do trabalho decente e da igualdade de gênero, torna-se não apenas uma questão moral como também uma obrigação legal (Walker 2004:341; Zampeti 2004).

Para se identificar áreas onde falta coerência entre políticas fazem-se necessárias tanto uma compreensão melhor quanto um enfoque sobre as questões de gênero e as distribucionais. Embora economistas vinculados a órgãos internacionais como o Banco Mundial e o FMI publiquem estudos argumentando empiricamente que a liberalização do comércio promove o crescimento, o desenvolvimento e a redução da pobreza, há diversos outros estudos demonstrando que as políticas de comércio e investimento não geram resultados onde haja neutralidade de gênero e sim o contrário. Ou seja, a distribuição de benefícios e custos tem apresentado um viés direto e indireto contra as

mulheres pobres.⁴ Enquanto formas diretas de discriminação incluem discriminação salarial devida à liberalização do comércio e a mercados de capital, a discriminação indireta costuma ser mais obscura, mais difícil de monitorar e abordar.⁵ Avaliações dos impactos causados pelas políticas de comércio, investimento e financiamento sobre o gênero podem vir a ser importantes ferramentas para identificar os impactos críticos sobre o gênero, sejam eles diretos ou indiretos. A participação ativa de organizações de mulheres nas estruturas e processos de tomada de decisões relativas ao comércio tem igual importância para identificar e corrigir os efeitos adversos das políticas de comércio, financiamento e investimento (Floro et al 2003:35). Isso ajuda a assegurar que as questões de gênero sejam tratadas durante os estágios de formulação, implementação e avaliação dos compromissos relacionados ao comércio e as políticas que afetam os fluxos de capital.

Recomendação 1: Implementar avaliações do impacto de gênero causado pelas políticas do comércio e financiamento traçadas em órgãos governamentais e internacionais

Segundo UNIFEM et al (2004:380f), «avaliações do impacto de gênero e comércio [bem como de investimento] podem ser mecanismos de outorga de poder ajudando a elaborar políticas que atendam às necessidades das mulheres pobres e facilitem o desenvolvimento humano e os direitos humanos.» Portanto, devem ser institucionalizadas as avaliações do impacto de gênero causado por políticas formuladas nos processos relacionados ao comércio internacional e regional bem como nas áreas de investimento para que se reduza a pobreza e aumente a igualdade de gênero (UNIFEM 2004:381).

Deve-se assegurar a participação ativa das organizações de mulheres nas avaliações do impacto de gênero causado pelas políticas e regras macroeconômicas.

Apresentam-se a seguir vários exemplos para ilustrar a importância da coerência entre as políticas no nível horizontal. No campo da agricultura, a falta de coerência se faz mais óbvia entre a meta de liberalização do comércio – segundo sua formulação no Acordo da OMC sobre Agricultura – e a segurança alimentar enquanto um direitos humanos fundamental.⁶ Essa falta de congruência se manifesta através do fato de que os países da OCDE gastam cerca de 300 bilhões de dólares anualmente em subsídios agrícolas e, ainda assim, têm dificuldade para cumprir sua promessa de fornecer 0,7% de seu PIB em assistência a países estrangeiros, que é uma das necessidades para se atingir as MDM até 2015. Mulheres nas zonas rurais são as mais afetadas pelas importações de alimento subsidiado e o *dumping* dos preços, que prejudicaram as economias locais e ameaçaram a subsistência de pequenos agricultores, especialmente mulheres, e a segurança alimentar de domicílios pobres (Young e Hoppe 2003). Reduções substanciais nos subsídios e um melhor acesso aos mercados são elementos fundamentais de uma coerência de políticas que sirva às metas de segurança alimentar e redução da pobreza.⁷

⁴ Ver, por exemplo, Berik 2000, Berik et al (2004), Kucera e Milberg (2000), Williams (2003) e Çağatay (2001), para citar apenas alguns.

⁵ Em geral, a discriminação indireta ocorre quando uma medida aparentemente neutra leva a “resultados desiguais, que podem ter o efeito de petrificar a desigualdade.” (Walker 2004:326).

⁶ Isto se reflete no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Artigo 14 da CEDAW, que destaca o papel específico das mulheres na consecução da segurança alimentar.

⁷ Neste momento, os países em desenvolvimento podem dar apoio a pequenos agricultores para assegurar a segurança alimentar invocando o Tratamento Especial e Diferenciado (S&D), especialmente as isenções da Caixa Verde (Zampetti 2004:307). Embora haja uma certa necessidade de fortalecer ainda mais e ampliar as provisões do Tratamento S&D da OMC, as principais restrições à segurança alimentar continuam sendo os

Outra área onde falta a coerência é no comércio de *commodities*. Os países em desenvolvimento, especialmente os Menos Desenvolvidos (LDCs), se encontram num círculo vicioso de forte dependência de *commodities*, instabilidade e queda nos preços desses artigos excetuando-se o petróleo, baixos níveis de receita com exportações, baixos recursos para importação e dívida externa insustentável (Nações Unidas 2004e). Uma pré-condição fundamental para reduzir a pobreza extrema nos países em desenvolvimento é romper com essa cadeia e formular mais estrategicamente as políticas comerciais e monetário-financeiras, ou seja, mais consistentemente com as prioridades nacionais e os objetivos de desenvolvimento de cada país (UNCTAD 2003:14). A queda nos preços das *commodities*, as flutuações a curto prazo nos preços e a parcela cada vez menor de produtores primários na cadeia de valor tiveram, conforme demonstram vários estudos, sérios impactos negativos sobre as mulheres (para uma discussão geral, ver UI Haque 2004). Considerando-se o papel das mulheres no processo reprodutivo, essas tendências também constituem uma ameaça à segurança alimentar. Uma melhor coerência entre as políticas exigiria portanto o fechamento de uma lacuna institucional nas atuais agendas da OMC bem como do Banco Mundial e do FMI que estimula o desenvolvimento e a diversificação baseados em *commodities* (UI Haque 2004, UNCTAD 2003:9f). Isso se consegue restabelecendo quadros regional e nacional de comércio que sejam sensíveis às questões de gênero e apoiando iniciativas de planejamento estratégico dos países em desenvolvimento que sejam voltadas para um comércio mais coordenado, políticas domésticas agrícolas e industriais que promovam a segurança alimentar, a redução da pobreza e a igualdade de gênero.

Recomendação 2: tratar o problema das *commodities* a partir de uma ótica do gênero

As questões e inquietações de gênero deveriam desempenhar um papel fundamental na agenda e nos processos de acompanhamento da Parceria Global para as *Commodities* lançada pela UNCTAD. Quanto a isso, há uma necessidade de transversalização do gênero e de apoio a iniciativas tais como o restabelecimento de diretorias regionais e nacionais do comércio que promovam desenvolvimento e diversificação agrícola e industrial com equidade de gênero. Também há uma necessidade de se avaliar políticas agrícolas e industriais que assegurem a segurança alimentar e a redução da pobreza (FAO 2004).

O comércio internacional e o investimento estrangeiro em serviços é uma terceira área onde falta coerência entre as políticas. Há estudos demonstrando que o acordo GATS atual, juntamente com as condicionalidades de empréstimos, vai enfraquecer ainda mais a prestação de serviços públicos e sociais essenciais em muitos países, inclusive os desenvolvidos com programas de previdência social e aqueles em desenvolvimento que adotaram medidas relevantes como parte de seus PRSPs (ver Seção 4.1 abaixo). Embora o GATS ainda não tenha sido implementado, estudos sobre impactos indicam que a liberalização do setor de serviços tem implicações especialmente negativas para as mulheres pobres enquanto clientes ou usuárias desses serviços, e enquanto trabalhadoras (Young e Hoppe 2003). Acompanhado de austeridade fiscal e de medidas para o investimento estrangeiro embutidas nas condicionalidades para empréstimos e estratégias de desenvolvimento da iniciativa privada, é provável que o GATS reduza o acesso a serviços sociais graças à sua exigência de tarifas cobradas ao usuário a partir de determinações de mercado. À medida que a água, a saúde, o transporte e outros serviços públicos básicos vão se tornando mais caros, as mulheres pobres que não têm o poder aquisitivo necessário provavelmente acabarão marginalizadas e excluídas. O resultado disso são cargas de

subsídios e um desequilibrado acesso a mercados (ver também Seções 2.2.1 e 3.2).

trabalho maiores pois elas passam a maior parte de seu tempo produtivo envolvidas com atividades ligadas à sobrevivência e à reprodução (OMT 1999; Yound e Hoppe 2003).

O setor público, inclusive a economia do cuidado, também tem sido um dos principais empregadores das mulheres em muitos países. De fato, em alguns deles, esse setor tem sido o maior, propiciando mais oportunidades de emprego com igualdade de gênero e se notabilizando por menores diferenciais salariais do que a iniciativa privada. O enxugamento do setor público sem uma abrangente análise de gênero pode acabar prejudicando ou reduzindo a equidade de gênero (OMT 2001; Hoeven e Hoppe 2004).

3.2.2 Dimensão vertical

Para tratar da coerência entre políticas no nível vertical, é necessário um exame das conexões verticais entre o ambiente macroeconômico criado pelo comércio internacional, acordos de investimento e empréstimos, e os ajustes e mudanças envolvidos nos níveis nacional, setorial, domiciliar e individual. A necessidade de aprimorar essa coerência entre as estratégias nacionais de desenvolvimento, particularmente nos países em desenvolvimento, e os processos globais de comércio e financiamento recebeu destaque especial na UNCTAD XI em São Paulo em julho de 2004. A seção seguinte irá estudar esses elos críticos a partir de uma perspectiva de gênero. Através de estudos de caso, destacará as importantes conseqüências distribucionais e as resultantes dos atuais regimes de políticas internacionais para comércio e financiamento com evidências de gênero.

4. Análise dos elos macro e micro em âmbito global através da perspectiva de gênero

4.1 Implementação e coerência de políticas

Existe uma interação dinâmica entre coerência e implementação de políticas e o padrão das relações de gênero na vida social e econômica. Um conjunto cada vez maior de pesquisas feitas por economistas feministas mostra como as normas e os padrões de gênero são transmitidos na vida social e econômica através de uma variedade de instituições, inclusive mercados, governos e domicílio.⁸ Ao mesmo tempo, a coerência e a implementação de políticas podem alterar ou reforçar relações e vieses de gênero predominantes. Por exemplo, os processos de expansão e desregulamentação de mercado criaram novos padrões de riqueza e pobreza. Geraram mudanças nos padrões de emprego e alocação de mão-de-obra entre o trabalho remunerado e o não remunerado, a poupança e os fardos de crédito entre moradores de um mesmo domicílio.

Tais mudanças concentraram mais atenção na maior vulnerabilidade dos domicílios pobres. Também enfatizaram as interconexões entre gênero, comércio, financiamento e desenvolvimento, e especialmente como as políticas causam impactos diferenciados para cada gênero. As mulheres vivenciam a pobreza de maneira diferente do homem pois, em geral, têm menos controle dos recursos. Conforme expressou Çağatay (2001), as políticas macroeconômicas são atribuídas a um conjunto de relações distributivas para grupos sociais distintos assim como resultam em escolhas distributivas para grupos sociais diferentes. Quando não se leva em conta esse fato fundamental, a implementação e a coerência de políticas podem servir tanto para reforçar quanto reduzir essas desigualdades com base no gênero, que por sua vez afetam e prejudicam o sucesso da reforma das políticas ou limitam os benefícios para os domicílios pobres.

⁸ Ver, por exemplo, Kabeer 2001; Floro, Çağatay et al 2003; Young e Hoppe 2003; Erturk e Darity 1995; Floro 1995; e Braunstein 2000.

Nas últimas décadas, cada vez mais mulheres vêm assumindo o papel de geradoras de renda e “ganha-pão” nos LDCs. De fato, as taxas crescentes de atividade econômica exercida pelas mulheres em vários países têm sido obscurecidas pelas quedas dessas mesmas taxas para os homens. Cada vez mais as mulheres nos LDCs continuam na labuta durante os períodos de gravidez e nascimento de seus filhos, encontrando formas de combinar as responsabilidades familiares com o trabalho no mercado (Nações Unidas 2000).

Além disso, a fatia de trabalho das mulheres na agricultura e nas microempresas e no trabalho de pequena escala do setor informal aumentou drasticamente em muitos países em desenvolvimento (Charmes 1998; Chen et al 1999; Carr et al 2000; Standing 1999). Uma quantidade crescente de mulheres em cada domicílio se vê forçada a aceitar empregos de condições precárias para compensar a queda do salário real. O relatório da ONU *Mulheres do Mundo 2000: Tendências e Estatísticas* estima que nas Filipinas, na Tailândia e na Bolívia respectivamente 64%, 54% e 74% da mão-de-obra feminina fora do setor agrícola estejam ativas no setor informal.⁹ Embora esses números sejam em grande parte estimativas rudimentares, vários estudos convergem quanto às atividades do setor informal haverem crescido devido à preocupação de muitos países com as metas inflacionárias e sua parca ênfase na criação de empregos decentes. A flexibilidade da mão-de-obra, particularmente a terceirização e a subcontratação efetuada junto a mulheres trabalhando em suas próprias casas, é o que tem predominado.¹⁰ As mulheres também passaram a aceitar formas de trabalho “fora dos padrões”, como os empregos de meio-expediente e os temporários, que praticamente não oferecem segurança no emprego nem os benefícios de saúde (OIT 2000). Nos países em desenvolvimento onde a proteção social é inadequada ou sequer existe, os trabalhadores ficam sem recursos quando saem de um emprego e procuram outro. Até bem pouco tempo atrás, negociações multilaterais de políticas e formulação de políticas domésticas para as áreas econômica e social prestaram pouca atenção à insegurança econômica cada vez maior dos agricultores, dos trabalhadores informais e dos microempresários, particularmente as mulheres.

As mulheres também continuam mais vulneráveis à pobreza do que os homens devido a persistentes desigualdades de gênero no que tange ao seu controle sobre propriedade ou renda auferida. Um estudo sobre agricultoras em Gana realizado por Date-Bah (1985), por exemplo, mostra como a falta de acesso das mulheres ao crédito e o geralmente precário sistema de transporte público prejudicaram seus ganhos de forma significativa, por conseguinte também seus meios de subsistência. No Quênia, o gado e a propriedade rural, de cuja herança ou propriedade as mulheres estão excluídas, são as principais formas de acumulação de capital que propiciaram aos homens mas às mulheres negaram acesso ao crédito, às oportunidades de mercado e às inovações tecnológicas (Ventura-Dias 1985). A alocação de recursos em geral sofre um viés de gênero tanto dentro dos domicílios quanto nas instituições do estado e do mercado, tornando mais difícil para as mulheres transformarem sua capacidade em renda ou bem-estar. A pesquisa etnográfica, feminista e da economia doméstica tem demonstrado que os recursos são compartilhados de maneira desigual dentro das famílias em muitas partes do mundo em desenvolvimento.¹¹

A discussão acima questiona se as reformas das políticas do comércio e financiamento perpetuam, acentuam ou corroem as desigualdades que existem em termos de gênero. A resposta não se

⁹ Os dados sobre a Ásia são preparados por Jacques Charmes como consultor para a Divisão Estatística do Secretariado das Nações Unidas. Os dados sobre a América Latina são preparados pela Divisão Estatística do Secretariado das Nações Unidas a partir de estatísticas fornecidas pela Divisão Estatística da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

¹⁰ Ver, por exemplo, Élson 1996; Beneria e Floro 2003; Balakrishnan e Huang 2002; Christensen 1988; Chen et al 1999.

¹¹ Ver, por exemplo, Roldan 1987; Hoddinott e Haddad 1995; e Kabeer 2000.

evidencia de imediato, tampouco se pode medir. As regras do comércio e investimento global e as suscitadas reformas das políticas nacionais afetam não apenas a maneira como os recursos são alocados e os processos produtivos organizados mas também influenciam as instituições que abrangem os direitos da propriedade legal, as regras de comportamento e as normas. Mudanças nos padrões de renda e emprego exercem forte influência sobre as esferas de controle e autoridade, acesso e controle de recursos e postos de tomadas de decisão dentre os membros de um domicílio. Por exemplo, argumenta-se que, prosseguindo a expansão dos mercados agrícolas e a promoção das exportações, os sistemas indígenas de posse da terra deixam de se basear na propriedade comunal e passam para a privatização dos direitos de propriedade, num processo que pode deixar de lado as mulheres agricultoras (Smith et al 1994). Estudos conduzidos em vários países africanos mostram como a comercialização de uma certa lavoura induzida pela liberalização dos mercados pode levar a uma situação na qual as mulheres sejam forçadas a ceder seu papel na produção da lavoura (enquanto poder decisório) para os homens (Webb 1989; Kumar 1994). Quando promovido como lavoura de exportação na Nigéria, o cacau também se tornou uma lavoura de homens. O mesmo vale para o arroz irrigado na Zâmbia. Outros estudos no nível de aldeias na Nigéria, Nepal e Índia mostram que a comercialização agrícola reduziu a parcela de participação das mulheres na renda (Lipton e Longhurst 1989; Mook 1986; Ventura-Dias 1985).

A expansão das exportações pode ter um potencial de efeitos benéficos em termos de maior crescimento, aumento de empregos e melhoria nas condições de bem-estar da mulher. Mas para isso é necessário que haja uma compreensão das desigualdades estruturais existentes. A liberalização das importações sem regulamentação, por exemplo, vem ameaçando a subsistência das mulheres que trabalham em áreas anteriormente protegidas da economia doméstica. Em muitos países da OCDE, a expansão do comércio com países em desenvolvimento tem resultado em quedas nos níveis de emprego, afetando desproporcionalmente às mulheres (Kucera e Milberg 2000; Erturk e Darity 2000). A maior concorrência dos alimentos importados com subsídios dos países desenvolvidos também tem tido o efeito de afastar produtores agrícolas de suas atividades nos países em desenvolvimento. Segundo Williams (2003), tem ocorrido exatamente isso com mulheres que trabalham na agricultura no Quênia. O aumento das importações de alimentos e da prática do *dumping*, juntamente com a majoração dos preços de insumos agrícolas tem deixado muitas trabalhadoras do campo em situação pior do que estavam no início da década de 1980 antes do ajuste estrutural. Embora algumas delas que estavam integradas a mercados aldeões tenham conseguido aumentar sua renda, outras não lograram o mesmo êxito, particularmente as que não conseguiram comprar os insumos modernos, como os fertilizantes. Assim, mesmo quando novos mercados criam oportunidades, as mulheres demoram a aproveitá-las porque em geral lhes falta acesso ao crédito, a novas tecnologias e ao conhecimento de *marketing*. O impacto de tais mudanças será provavelmente mais severo para os domicílios chefiados por mulheres e para as mulheres pobres. A falta de dados sensíveis ao gênero, particularmente dados nacionais longitudinais, infelizmente dificulta uma avaliação mais precisa da severidade e magnitude dos efeitos desses afastamentos.

Recomendação 3: Cuidar da falta de estatísticas relacionadas ao gênero

Dada a necessidade de uma coerência entre políticas e de uma abrangente estratégia de implementação sobre igualdade e equidade de gênero, as organizações internacionais e os governos precisam gerar dados e estatísticas desagregadas sobre o sexo que possam refletir melhor os papéis desempenhados pelas mulheres, suas inquietações e prioridades em todas as áreas do sistema de estatísticas – sociais, demográficas e, particularmente, econômicas. Existe uma necessidade especial de se coletar dados e elaborar melhores medidas das contribuições econômicas das mulheres, como dados do uso do tempo em trabalho não remunerado e uma enumeração mais completa do trabalho das mulheres no setor informal e em casa. Também é preciso desenvolver a capacidade para se utilizar efetivamente a ampla gama de estatísticas sobre gênero nos processos das políticas tanto nacionais quanto globais.

os homens m-sucedida quanto gente fracassada; a tendência é a de favorecer os produtores de grande e médio porte bem como aqueles que têm acesso a recursos produtivos, e prejudicar os pequenos agricultores. Estes, especialmente as mulheres, em geral não têm o capital, as novas tecnologias nem o conhecimento de *marketing* que se fazem necessários para participar do mercado. Embora existam diversas iniciativas de microfinanciamento, a falta de acesso ao crédito que as mulheres enfrentam continua sendo uma das principais restrições a limitar-lhes o desempenho de atividades produtivas. Muitas mulheres pobres não detêm a propriedade de terras e em geral obtêm ganhos inferiores, sendo por isso incapazes de apresentar garantias. Mesmo quando ganham o mesmo que os homens, as mulheres costumam enfrentar práticas discriminatórias por parte das instituições financeiras formais. No mínimo, a noção de que os homens são quem gera a renda e as mulheres quem consegue renda suplementar - mesmo quando a realidade possa ser exatamente o oposto disso - parece permear toda a alocação de crédito.

4.2 Soberania na tomada de decisões para elaboração das políticas

As regras multilaterais que regem o comércio e os movimentos de capital deveriam propiciar aos países em desenvolvimento a soberania para formular suas políticas domésticas, dando-lhes a flexibilidade que precisam para elaborá-las conforme suas prioridades e objetivos de desenvolvimento ("espaço de políticas"). O Espírito de São Paulo e o Consenso de São Paulo enfatizam que o comércio é simplesmente um meio para se atingir o crescimento e o desenvolvimento, não um fim em si mesmo. Portanto, é importante prestar atenção à "qualidade" do comércio em termos de uma integração benéfica dos países em desenvolvimento à economia global (UNCTAD 2004, UNCTAD 2004a). Isso implica que a determinação internacional de regras e as negociações para formulação das políticas, concebidas em seu âmbito maior de forma a incluir processos regionais e inter-regionais, deveriam permitir a diversidade nas instituições e estruturas econômicas, níveis de desenvolvimento de mercado e prioridades de desenvolvimento. Sugere também que as regras que direcionam os regimes de políticas deveriam levar em conta o fato de que o gênero influencia o comportamento econômico, as oportunidades e as restrições enfrentadas pelos agentes. Uma lente de gênero coloca em perspectiva o propósito mais amplo de toda a atividade econômica, inclusive a de mercado, ou seja, servir às necessidades humanas.

Recomendação 4: Manter e restabelecer a soberania na formulação doméstica de políticas

As prioridades para o desenvolvimento social e econômico devem ser estabelecidas e afirmadas pelos países em desenvolvimento, por sua própria conta, e não deve haver risco de que a OMC ou as IBW possam questionar as decisões por eles mesmos tomadas para a formulação de suas políticas. Os serviços públicos essenciais, como atendimento à saúde, educação e outros básicos, especialmente aqueles de relevância para as mulheres, não deveriam estar sujeitos a liberalização e privatização por serem de interesse público fundamental.

Mas os acordos, as negociações e as agendas tiradas nas recentes reuniões ministeriais da OMC, como a de Cancun, estão indo além dos limites do comércio e chegando a novas áreas, com ingerência na elaboração de políticas macroeconômicas domésticas e das próprias políticas sociais. E mais, juntamente com o Banco Mundial e o FMI, a OMC está fundindo políticas nacionais e

internacionais sem prestar a devida atenção às diferenças entre os países ou ao que uma abordagem específica pode significar para áreas críticas como a agricultura, a alimentação e a segurança econômica além de meios sustentáveis de subsistência.

Se os resultados das políticas de comércio e financiamento e os seus impactos sobre o bem-estar dos moradores de um domicílio serão negativos ou positivos, isso é uma coisa que dependerá em grande parte do contexto no qual se introduzem as oportunidades de mercado. Isso se refere ao ambiente econômico e institucional do qual faz parte o domicílio (e seus moradores). Algumas ilustrações servirão para demonstrar o significado do contexto para a natureza dos resultados. Smith et al (1994), ao discutirem os efeitos da comercialização da agricultura na Nigéria, apontaram a importância dos sistemas de transporte público para baixar os custos de comercialização e o papel fundamental desempenhado pela disponibilidade de apoio governamental adequado, como o fornecimento de subsídios para aquisição de fertilizantes na conquista de acesso a tecnologias modernas. Mas os benefícios que existem em potencial na nova tecnologia agrícola têm sido minados pela parca prestação que os governos fazem desses serviços. Vários estudos, como o de Lipton e Longhurst (1989), apontam o drástico aumento de trabalhadores agrícolas sem terra na Ásia, África e América Latina. Trata-se dos grupos menos poderosos e economicamente mais desprivilegiados, compreendendo a maioria dos pobres das áreas rurais.¹² Pois eles têm aumentado em números dentro de um clima de liberalização de mercados e eliminação de programas de subsídios para a alimentação, especialmente para os que se encontram sem trabalho. A dificuldade para encontrar emprego bem como a limitação de acesso aos recursos têm afetado particularmente muitas mulheres. Num estudo dos efeitos da promoção da exportação sobre os padrões de uso do tempo das mulheres, Floro (1992) descobriu que mulheres de famílias sem terra nas áreas rurais das Filipinas têm dificuldade de encontrar emprego assalariado por consequência de uma mudança em prol das lavouras de exportação. Portanto, embora mais pesquisas ainda se façam necessárias, há razões para suspeitar que a liberalização do comércio nas economias predominantemente rurais tenha prejudicado o sustento e o bem-estar de muitas mulheres pobres.

4.3 Estreitando os canais para que o sistema multilateral de comércio afete o desenvolvimento humano

As recentes negociações do GATS, TRIMS e TRIPS conectam explicitamente o comércio com a proteção ao investimento e aos direitos da propriedade intelectual (Williams e Caliarì 2004). A liberalização dos serviços causa impacto sobre o acesso a água, a saúde e a eletricidade, que são essenciais para a manutenção do lar e a sobrevivência humana. Acordos sobre os direitos de propriedade intelectual como os da propriedade intelectual relacionada ao comércio (TRIPS) exercem impacto sobre o acesso a medicamentos vendidos a preços módicos, que são fundamentais para a saúde e a mortalidade de homens e mulheres. Devido aos seus impactos sobre a transferência de tecnologia, eles também têm sérias implicações para o conhecimento tradicional e o desenvolvimento de longo prazo. As recentes negociações da OMC nessas áreas irão comprometer os países membros a certas escolhas de políticas relativas a serviços, investimento e propriedade intelectual. Nas economias onde o trabalho autônomo ou não remunerado no seio da família, as diferenças de gênero no controle dos recursos têm grandes probabilidades de apresentar consequências adversas para as mulheres. O impacto da liberalização do comércio será mediado pelo que ocorrer com os recursos advindos da propriedade comum e com o acesso ao patrimônio com diferenciação de gênero nos domicílios rurais e pobres. Se os acordos da OMC reduzem ou eliminam restrições às importações

¹² Alguns estudos sistemáticos têm sido feitos, ainda que limitados, sobre a proporção de famílias de trabalhadores rurais sem terra chefiadas por mulheres (de fato ou de direito), particularmente na Ásia.

através de técnicas que prejudicam o meio ambiente, a liberalização do comércio tem grandes probabilidades de degradar o meio ambiente e a carcomer os recursos oriundos da propriedade comum.¹³ E isso terá efeitos adversos sobre as condições de saúde bem como sobre a subsistência das mulheres e dos homens.

Uma revisão desses estudos de caso propicia algumas ilustrações da transformação nos papéis e experiências das mulheres e dos homens que se dá juntamente com a expansão e desregulamentação de mercados para bens, serviços, capital e propriedade intelectual. Desde meados da década de 1980, os mercados foram ficando cada vez mais voláteis para várias das principais *commodities* de exportação dos países em desenvolvimento, inclusive o açúcar, o cacau e a borracha. Quando se deterioram os termos do comércio, isso traz sérias implicações para o desenvolvimento humano: redução do emprego, dos salários, da renda, da segurança econômica e do bem-estar. A recente Iniciativa do Algodão proposta pelos países da África Ocidental e Central pedia a eliminação dos subsídios dos países industrializados, primordialmente os Estados Unidos, a fim de assegurar que o mercado do algodão estivesse aberto aos agricultores africanos e outros (Williams 2004). Os preços das principais *commodities* de exportação dos países em desenvolvimento, por exemplo o algodão, caíram aproximadamente 54 por cento desde meados da década de 1990.¹⁴ Os subsídios que os países em desenvolvimento dão aos seus produtores de algodão levaram a um aumento da oferta e, por conseguinte, a preços mais baixos do produto no mercado mundial. Segundo a Oxfam (2002), os subsídios estadunidenses ao algodão levaram à perda de 300 milhões de dólares em receita potencial para os países da África Meridional em 2001-2002 (ver também a Seção 3.2.1 e a Recomendação 2).

A redução ou eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias aos bens manufaturados não agrícolas também tem sido associada a uma queda na produção industrial de alguns países em desenvolvimento. A expansão das negociações da OMC e das regras multilaterais do comércio para as áreas das políticas domésticas tem aumentado a dificuldade para os países diversificarem e desenvolverem suas indústrias no futuro. Um estudo recente sobre o comércio na África Meridional descobriu que a liberalização parcial, enquanto resultava em insignificantes aumentos de acesso a mercados (devido à erosão das preferências), levou a uma contração da produção industrial e a uma relocação de recursos (maior especialização) para a produção de *commodities* agrícolas como grãos, açúcar e algodão (Williams 2004).

Tem-se argumentado que a liberalização do comércio traz benefícios substanciais para as mulheres que trabalham, particularmente em Taiwan, Bangladesh, China, Índia e Coréia, por causa de um aumento da sua participação no emprego remunerado no setor de exportação. Isso serviu para estreitar a lacuna de gênero no emprego e nos salários. Mas mesmo nessas economias, há razões para se precaver por conta das condições de trabalho e das modalidades em que se deu esse aumento da participação das mulheres no emprego remunerado. Çağatay (2001) e Erturk e Çağatay (2004) mencionam quatro principais áreas preocupantes. Primeiro, a liberalização do comércio e do mercado cria a noção de "vencedoras" e "fracassadas" entre as mulheres, mesmo que haja um ganho líquido no emprego das mulheres em comparação com o dos homens. Existe também uma falta de programas de assistência, por exemplo, esquemas de reciclagem profissional e indenização para aqueles que perderam o emprego. Segundo, as condições de trabalho, como a segurança no emprego, a saúde e a segurança ocupacional, e os salários podem não melhorar para as mulheres quando elas obtiverem ganhos relativos no emprego; a bem da verdade, isso pode até se deteriorar

¹³ As importações que se utilizam de técnicas prejudiciais ao meio ambiente, como geradores de eletricidade que poluem o ar ou equipamento capital que descarrega materiais tóxicos ou perigosos em rios ou nas florestas das redondezas, provavelmente serão afetadas nessas negociações.

¹⁴ Parte da razão para a queda dos preços das *commodities* pode ser encontrada nas práticas de subsídios realizadas pelos EUA, que em 2002 gastaram 3,9 bilhões de dólares em subsídios aos seus produtores de algodão, uma quantia que é praticamente o dobro da que foi gasta em 1992.

diante da pressão da concorrência internacional. Terceiro, a feminização do emprego pode ser um fenômeno temporário, que poderia se reverter nos estágios posteriores da promoção das exportações. O estudo feito por Berik (2000) sobre o setor manufatureiro de Taiwan, por exemplo, mostra o efeito da reestruturação industrial à medida que o país foi passando das exportações de manufaturados leves para as exportações relativas a maquinário e transporte. Isso resultou numa queda das oportunidades de emprego para as mulheres em relação aos homens e numa mudança do emprego assalariado regular para o trabalho diarista ou mensalista. Mesmo nos países onde aumentou o emprego para as mulheres, como nos países asiáticos que se basearam fortemente na mão-de-obra feminina de forma a conquistar uma industrialização orientada para a exportação, as diferenças salariais de gênero não diminuíram, aumentando até em alguns casos (Seguino 2000). O estudo de Berik, Rodgers e Zveglic (2004) sobre Taiwan e Coréia explora a maneira como a competição com o comércio internacional afeta a discriminação salarial por gênero. Os resultados para Taiwan e Coréia sugerem que a competição com o comércio estrangeiro em indústrias concentradas esteja positivamente ligada à discriminação salarial contra as mulheres. Ainda que a liberalização do comércio aumente as oportunidades de emprego para as mulheres, isso sugere que a “vantagem competitiva” delas enquanto trabalhadoras permanece arraigada em salários mais baixos e na precarização das condições de trabalho. De fato, conforme demonstra o estudo de Braunstein e Epstein (2002) sobre as zonas de processamento para exportação, a liberalização do comércio e investimento propicia fortes incentivos para manter os baixos salários relativos das mulheres a fim de assegurar que o país continue competitivo e atraia investimento estrangeiro.

Finalmente, as políticas de liberalização do mercado podem enfraquecer ainda mais os direitos de trabalhadores vulneráveis, inclusive aqueles subcontratados ou baseados em casa. A desregulamentação do mercado de trabalho tem-se justificado em nome da competitividade internacional conforme ilustra o caso do Equador. A rápida integração da economia equatoriana no mercado global através da liberalização do comércio e financiamento significou que uma parcela crescente dos seus setores produtivos precisa de uma força de trabalho mais flexível capaz de tornar a ser empregada com ligeireza após períodos de expansão e de ser mantida «ao alcance da mão» com custos baixíssimos ou praticamente inexistentes durante os períodos de acomodação (Floro 1992; Beneria e Floro 2003). As reformas iniciadas pelo FMI e o Banco Mundial no Equador durante a década de 1980 geraram maior flexibilidade no mercado de trabalho, reduzindo a estabilidade obrigatória dos empregos em todas as atividades, introduzindo a determinação salarial em níveis determinados pelo mercado e abolindo a obrigatoriedade das firmas pagarem aos trabalhadores em greve. Medidas adicionais voltadas para aumentar a flexibilidade da mão-de-obra e a competitividade das exportações foram incorporadas ao código do trabalho do Equador durante o início da década de 1990.¹⁵

Noutras partes do mundo em desenvolvimento, empresas de médio e grande porte desenvolveram, direta ou indiretamente, elos mais profundos com a produção informalizada através da terceirização e da subcontratação. Essa tendência tem sido examinada por vários estudos sobre os casos da Tailândia e das Filipinas bem como da América Latina (Boonmathya et al 1999; Balakrishnan e Huang 2002; Prugl 1990, Pérez-Sainz 2000; Todaro e Yanez 2004). A crescente informalização do emprego pode ser vista como uma parte da drástica transformação nos padrões de emprego sob os regimes de

¹⁵ Dentre as medidas adotadas estava o uso de contratos temporários, de meio expediente, sazonal e por hora, e a substituição de contratos de trabalho sem prazo definido por contratos de prazo fixo. O objetivo desses esquemas de contratação era evitar aumentos na folha de pagamento regular ou mínima das empresas. Ao mesmo tempo, as reformas aumentaram as restrições ao direito à greve, à negociação coletiva e à organização dos trabalhadores. Somente um sindicato é permitido nos locais de trabalho do setor público e o número de trabalhadores necessários para formar um sindicato dobrou (CELA-PUCE 2002).

políticas neoliberais. O resultado tem sido a erosão dos direitos dos trabalhadores e do poder de barganha com relação ao capital. Os trabalhadores informais, particularmente os subcontratados e os que trabalham em casa, têm sido forçados a aceitar salários aviltantes e a trabalhar sem benefícios nem proteção.

Usando dados de pesquisa por amostragem sobre domicílios pobres urbanos, Beneria e Floro (2003) mostram que cerca de 95% dos trabalhadores que estão empregados na Bolívia e 79% no Equador têm empregos moderada ou altamente precários; as mulheres em geral têm uma representação excessiva, fato que aponta para a sua maior vulnerabilidade. Os acertos que muita gente acaba fazendo para trabalhar também refletem seu deslocamento entre os setores formal e informal da economia. Dado o caráter instável e irregular de muitos contratos de trabalho e das microempresas, não é de surpreender que a renda desses trabalhadores varie de maneira considerável.

Qualquer avaliação que se faça do impacto causado por regimes de políticas voltadas para a liberalização de mercado sobre a igualdade de gênero deve se concentrar não apenas no impacto sobre o sustento e condições de trabalho das mulheres mas também na economia não remunerada do cuidado. Usando dados relativos ao uso do tempo, os pesquisadores têm observado que aumentos na participação das mulheres na força de trabalho não são acompanhados de uma redução comensurável do seu trabalho doméstico não remunerado, pois os homens têm relutado em segurar as pontas (UNDP 1995; Floro 1995; Pichetpongsa 2004; Hirway 2002; Floro e Miles 2002). O apanhado de estudos feministas sobre estratégias domiciliares durante crises econômicas mostra que a intensificação do trabalho tem sido um mecanismo importante para muitas mulheres conseguirem agüentar o rojão.¹⁶ Num trabalho recente sobre pessoas que trabalham em casa, Pichetpongsa (2004) examina seus padrões de uso do tempo através de dados de pesquisa por amostragem datada de 2002 sobre domicílios em áreas de baixa renda de Bancoc, na Tailândia, e os resultados indicam que o emprego no setor informal tem se traduzido em expedientes mais prolongados para as mulheres em comparação com os homens e, ainda assim, elas ganham menos. O estudo de Pichetpongsa (2004) também mostra que as trabalhadoras costumam ter menos qualidade de vida que os homens, tanto por escassez de dinheiro quanto de tempo. Seu estudo relaciona essas diferenças de gênero na qualidade de vida às normas de gênero que ditam a divisão do trabalho doméstico bem como ao efeito das políticas de liberalização do comércio que precipitaram a crise financeira.¹⁷ O estudo enfatiza o importante argumento de que não há somente vencedores e fracassados nos regimes de políticas em prol da liberalização de mercado, mas também, sendo as desigualdades de gênero multidimensionais, até há mulheres que podem ganhar num sentido, como no emprego ou no acesso à renda, mas perdem noutro, como no lazer e no sono.

Qualquer avaliação que se faça dos acordos multilaterais de comércio, financiamento e investimento, portanto, pede um apanhado mais abrangente que se concentre não apenas numa maior produção do mercado ou num aumento da renda mas também nas mudanças observadas nas cargas de trabalho não remunerado e na qualidade de vida. O emprego remunerado e a renda por si só não conseguem representar outras mudanças importantes que podem ter resultado de ações oriundas do comércio multilateral, das instituições financeiras e dos governos. A ininterrupta invisibilidade do trabalho não

¹⁶ Estudos sobre trabalho doméstico e atividades do setor informal mostram alta incidência entre trabalhadoras em Bangladesh, México, Estados Unidos e Espanha que combinam o trabalho no mercado com o trabalho doméstico, as atividades reprodutivas de limpar, cozinhar e cuidar das crianças (Houssain 1988; Roldan 1988; Benton 1989).

¹⁷ Com o fechamento de inúmeras fábricas na Tailândia depois da crise econômica de 1998-99, milhares de trabalhadores dispensados entraram para o setor informal, encaixando-se particularmente na categoria de quem trabalha em casa. As mulheres trabalhadoras, em especial, perceberam que era necessário combinar o trabalho remunerado no mercado com o trabalho doméstico não remunerado, o que levava a intensidades ainda maiores de trabalho e tempo.

remunerado cada vez maior, os níveis mais elevados de estresse e a diminuição dos recursos das mulheres costumam dar uma falsa impressão da eficácia das políticas e estratégia de desenvolvimento. São muito grandes os custos sociais e econômicos com que arcam aqueles que ficam marginalizados no processo de uma maior integração de mercados.

4.4 Serviços e investimento: Questionando a postura neoliberal de «coerência»

Ao longo dos anos, serviços tais como os sociais e públicos essenciais (água, saúde e educação, por exemplo) bem como outros tradicionais como os financeiros e profissionais, vêm se tornando uma parte cada vez maior do comércio internacional. Segundo um estudo preparado para a UNCTAD XI em São Paulo, a exportação de serviços é responsável por alguns dos maiores ganhos obtidos com o comércio: «Os serviços agora respondem por cerca de 50% do PIB nos países em desenvolvimento como um todo (versus 68% no mundo desenvolvido), o comércio de serviços representa 16% de todo o seu comércio e 23% da sua participação nas exportações globais de serviços. Os serviços agora geram cerca de metade de todos os empregos no setor formal» (Meltzer 2004:14).

O GATS vai propiciar o arcabouço jurídico para o comércio de serviços, elaborado para cobrir uma gama de áreas, dentre as quais o investimento, os serviços financeiros, as comunicações, o transporte, a educação, a energia, a água e o deslocamento das pessoas. As negociações acerca do GATS pedem uma liberalização progressiva das regulamentações que impedem o comércio e o investimento em serviços. Em recentes reuniões ministeriais da OMC, muitas organizações da sociedade civil questionaram a pressão nas negociações do GATS para liberalizar os serviços sociais básicos como a água, saneamento, eletricidade, saúde e educação, o que terá tremendas implicações sociais e de equidade. A necessidade de uma análise de gênero para o orçamento se faz ainda mais urgente diante do fato de que os custos mais altos e o reduzido acesso aos serviços sociais e básicos privatizados e liberalizados, como água e saúde, provavelmente exercerão grandes impactos sobre as mulheres.

Quadro 2: Orçamentos de gênero

As iniciativas de orçamentos de gênero se voltam para a lacuna entre os comprometimentos das políticas com os objetivos de igualdade de gênero e de alocação de recursos financeiros. A meta é promover uma maior prestação de contas para os recursos públicos, especialmente para as mulheres, sem produzir um orçamento em separado para as mulheres. Elas fornecem mecanismos importantes para examinar empiricamente o seguinte: Que impacto essa medida fiscal exerce sobre a igualdade de gênero? Será que ela reduz a desigualdade de gênero; será que aumenta; ou não muda? As iniciativas de orçamento de gênero visam fazer um apanhado geral tanto dos impactos causados pelo orçamento total sobre os objetivos de igualdade de gênero quanto dos impactos causados por programas e setores específicos sobre a igualdade de gênero (Élson 2002).

Evidências oriundas de Cochabamba, na Bolívia, mostram que a privatização aumenta drasticamente o custo da água e reduz o acesso a ela para a maioria dos pobres da região. A imposição de tarifas ao usuário, baseadas no mercado, feita pelos programas de recuperação de custos lançados na Índia e na África do Sul retirou o acesso que os pobres tinham aos serviços essenciais de abastecimento de água (Williams 2003; UNIFEM 2000). Em Kwa-Zulu Natal, na África do Sul, a falta de acesso a água potável estava implicada no surto de cólera (Williams e Caliari 2004; Williams 2003).

Recomendação 5: Implementar análise de gênero para o orçamento e assegurar a prestação de serviços públicos essenciais e o acesso aos mesmos

Existe a necessidade de que os governos e as organizações internacionais apoiem a prestação dos serviços públicos essenciais e o acesso aos mesmos como uma obrigação universal, de todos os governos. Isso pode ser conseguido «cavando-se» os serviços essenciais, ou protegendo-os, e também apoiando-se a incorporação das perspectivas de gênero nos processos orçamentários. Esta última poderá tirar grande proveito dos especialistas em gênero de outros países que já tenham começado a fazer seus orçamentos através da ótica do gênero.

Vários países em desenvolvimento estão buscando o direito de regular os serviços para que consigam atingir os seus objetivos com as políticas nacionais de desenvolvimento. Tem sido questionado o papel dominante dos interesses financeiros e comerciais subjacentes a muitos acordos internacionais de comércio e financiamento, e também tem havido convocações para colocar em pauta a questão do deslocamento temporário de pessoas físicas com vistas a corrigir o atual desequilíbrio entre o deslocamento global do capital e do trabalho. Os LDCs também têm convocado a instauração de salvaguardas de emergência, especialmente a de um processo que permita tratar das “perdas materiais” sofridas por prestadores domésticos de serviços incorridas por conta da liberalização do mercado.

Os acordos sobre os direitos da propriedade intelectual tais como o aquele sobre a propriedade intelectual relativa ao comércio (o TRIPS) podem afetar seriamente o uso do conhecimento tradicional, a velocidade da transferência de tecnologia e o acesso a medicamentos com preços módicos. É nesse contexto que a Declaração de Doha sobre os TRIPS e a saúde pública afirma o direito que os países em desenvolvimento têm de interpretar o acordo TRIPS a partir da ótica da saúde pública.¹⁸ Mas as recentes negociações multilaterais relativas ao comércio no âmbito da OMC e também dos acordos de empréstimos do FMI e do Banco Mundial conectaram explicitamente o comércio com a proteção do capital estrangeiro e os direitos da propriedade intelectual. O acordo TRIMs, por exemplo, tenta eliminar as medidas de investimento que distorcem o comércio no seio dos membros da OMC. É de suma importância a pressão exercida para que se liberalizem os serviços financeiros, o que decerto terá conseqüências distribucionais tanto para os países desenvolvidos quanto para os em desenvolvimento. Também se faz necessário um exame minucioso das dimensões de gênero havidas em tais negociações (Kucera 2001, Young 2003). Observa-se que, semelhantemente, as Instituições de Bretton Woods têm usado diversos mecanismos e instrumentos para reforçar os elos do comércio e do investimento e também promover a liberalização dos mercados de investimento e capital (Williams 2004).¹⁹

¹⁸ A Declaração de Doha também reconhece explicitamente o direito que os países têm de expedir licenças compulsórias e de determinar os critérios para tal. O reconhecendo de que esses direitos atendem os propósitos da saúde pública prepara o terreno para interpretar o acordo TRIPS de forma a atender as questões de saúde pública.

¹⁹ Dentre estes, encontram-se as condicionalidades para os empréstimos, a assistência técnica relacionada ao comércio, as estratégias para o desenvolvimento da iniciativa privada e os diagnósticos do clima para investimentos, por exemplo, relatórios do tipo “Fazendo Negócios” e Serviços de Consultoria para o Investidor Estrangeiro. Esses acordos relativos ao investimento também argumentam em prol da retirada dos requisitos de desempenho com vistas ao investimento estrangeiro, por exemplo, o conteúdo local.

Isso também vai limitar a capacidade que os países recebedores têm de direcionar o investimento estrangeiro de maneira a contribuir com os seus processos de desenvolvimento. Políticas tais como as que visam prover créditos especiais para firmas domésticas voltados para a melhoria de sua capacidade de desenvolver ou absorver novas tecnologias ou restringir a entrada em certos segmentos da economia a fim de incubar empresas domésticas antes de se expor à concorrência internacional têm sido a pedra fundamental do sucesso de vários países que conseguiram tomar as rédeas do IED em proveito do seu desenvolvimento. Gerir esse investimento com apuro, por exemplo, fez parte da postura geral das políticas industriais de países do leste asiático durante o seu crescimento impulsionado por exportações (Braunstein e Epstein 2002). O Japão, a Coreia do Sul e Taiwan desenvolveram legislação e mecanismos que os capacitaram a direcionar o investimento estrangeiro para os setores onde se considerava que ele fosse necessário, de forma a assegurar a transferência de tecnologia a custos razoáveis e a evitar excessivas repatriações de lucros (Chang e Grabel 2004).

A abordagem usada pela OMC e pelas Instituições de Bretton Woods para coordenar as políticas de comércio e investimento com base no paradigma neoliberal ignora a realidade do investimento estrangeiro direto e outros fluxos de capital e suas implicações de gênero. Embora os fluxos de capital privado líquido para os países em desenvolvimento tenham aumentado em 2003 em mais de 70 bilhões de dólares (ONU 2004d:6), a maior parte dessas verbas continua altamente concentrada nas maiores economias de mercado emergentes.²⁰ De fato, os países em desenvolvimento vivenciaram transferências financeiras líquidas negativas chegando a cerca de 250 bilhões de dólares em 2003, segundo o recente Relatório de agosto de 2004 do Secretário Geral da ONU. Isso é altamente decepcionante, dado que a maioria dos países em desenvolvimento tem acatado os conselhos voltados para a formulação de políticas de forma a criar um “ambiente estável para os negócios” e adota políticas macroeconômicas «saudáveis». Contudo, as políticas adotadas para atrair capital estrangeiro têm causado efeitos adversos nos segmentos mais vulneráveis da população (Floro et al 2003; Çağatay 2001; Braunstein 2003; Braunstein e Epstein 2002).

Por exemplo, cada vez mais países em desenvolvimento têm melhorado a infra-estrutura física em áreas como transporte, energia e telecomunicações, que são favorecidas pelos investidores estrangeiros e pelas empresas multinacionais. Juntamente com as concessões tributárias feitas aos investidores estrangeiros, isso tem afetado a alocação das finanças públicas. As conseqüentes reduções nas receitas tributárias em geral levam a inadequados gastos públicos com serviços tais como saúde, saneamento e gestão de repasses. Os efeitos disso são sérios e assimétricos em termos de gênero, especialmente quanto ao trabalho não remunerado das mulheres e ao desenvolvimento humano, e já se encontram documentados (Floro 2001; Çağatay e Erturk 2003).

O endosso tácito das cadeias globais de subcontratação do trabalho e o relaxamento das leis trabalhistas se encontram entre as iniciativas tomadas pelos governos de países em desenvolvimento em termos de formulação de políticas para atrair o capital estrangeiro. Isso também tem importantes implicações de gênero, já que muitas das indústrias e empresas – especialmente nas cadeias de subcontratação de mão-de-obra, conforme tem se destacado em estudos de caso – costumam empregar mulheres. Embora a noção de que concessões feitas em cima dos padrões trabalhistas levem a atrair investimento estrangeiro direto tenha pouco embasamento empírico, parece ser esta a ótica adotada pelos governos.

²⁰ Os dez maiores recebedores respondem por três quartos do total dos fluxos de entrada de IED nos países em desenvolvimento, onde somente a China responde por quase um terço do total.

Recomendação 6: Promover padrões sociais

Os padrões sociais, particularmente os padrões trabalhistas mais abrangentes, são meios para se enfrentar a desafiadora tarefa de proteger o povo, especialmente mulheres e crianças, evitando que elas arquem com os «custos sociais» da globalização. Em conformidade com os «direitos fundamentais do trabalho» da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e da Convenção sobre o Trabalho Doméstico da mesma OIT (1996), proteger os direitos do trabalhador inclui a liberdade de associação, tanto para os trabalhadores temporários e os que se baseiam em casa quanto para os de emprego fixo, o reconhecimento do direito à negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado, a abolição efetiva do trabalho infantil e a eliminação da discriminação (Hoppe e Dolfmsa 2004, OIT 1996). Adotar e implementar esses direitos é, portanto, o que se recomenda como forma de delinear o debate político e público sobre os padrões sociais. Recomendamos um estudo ciente das questões de gênero sobre as formas e os meios de efetivamente embutir os padrões sociais nos acordos e políticas internacionais para que a coerência entre as políticas consiga promover o desenvolvimento humano.

Ao mesmo tempo, estão sendo empreendidos esforços em alguns países em desenvolvimento para expandir e melhorar o acesso aos serviços formais do setor financeiro para pequenas e médias empresas, microempresas, pobres, mulheres e populações rurais, tais como iniciativas globais de microcrédito.²¹ Contudo, esses esforços devem reconhecer outras dimensões relativas a gênero do financiamento, inclusive a mobilização de poupança (Seguino e Floro 2003; Floro 2001, Nguanbanchong 2004). Além disso, os ganhos que existem em potencial nas iniciativas de microfinanciamento para os pobres e as mulheres estão sendo prejudicados pelas políticas macroeconômicas que encorajam a informalização do emprego e aumentam a insegurança relativa à renda.

Um estudo feito por Floro e Messier em 2004 examina empiricamente as interligações do microcrédito com a precariedade do emprego e a volatilidade da renda. Baseados em pesquisa por amostragem domiciliar em comunidades urbanas de baixa renda no Equador, os resultados desse estudo sugerem que um fluxo instável de rendimentos resulte numa realocação do crédito para aliviar o consumo em lugar de para os negócios. O estudo também encontra uma lacuna significativa em termos de gênero nas taxas de alavancagem da dívida entre trabalhadores tomadores de empréstimos na amostra, onde as mulheres apresentam taxas de ônus no serviço da dívida mais altas que os homens. O estudo sugere a necessidade de se buscar a fonte dessa vulnerabilidade econômica, a saber, a informalização do emprego e a maior precariedade do emprego no contexto da liberalização do mercado.

Nem o Consenso de Monterrey nem a coerência de políticas que surge nas negociações e acordos da OMC, do FMI e do Banco Mundial conseguiu induzir os governos a proteger os direitos de seus cidadãos, especialmente os das mulheres trabalhadoras. O ambiente econômico atual tornou ainda mais imperativo que se priorize a geração de empregos estáveis e a proteção social na implementação de políticas com coerência. Seria necessário implementar regras sensíveis ao gênero, formuladas para orientar as práticas empregatícias adotadas por firmas e empregadores em geral bem como a

²¹ Está em andamento uma cooperação internacional para iniciativas de microcrédito, antecipando-se ao Ano Internacional do Microcrédito. Os países do G-8 anunciaram em junho de 2004 que irão trabalhar junto com o Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres, o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital e organizações do sistema ONU em preparação para uma iniciativa global de financiamento com base no mercado que irá estimular setores sustentáveis de financiamento para os pobres.

Convenção da OIT de 1996 sobre o Trabalho Doméstico, que é voltada para a proteção dos direitos dos trabalhadores e para o trabalho decente.

5. Recomendações para a formulação de políticas nos processos globais de governança

5.1 Tratando da coerência entre políticas no nível nacional

Não se pode conseguir coerência entre políticas sem tratar da questão nos níveis tanto nacional quanto internacional. Naquele nível, é preciso agir com urgência para evitar exportar incoerência de políticas para as negociações e discussões internacionais. Por exemplo, a falta de coerência entre políticas nos países desenvolvidos montou o palco para a entrada em cena dos subsídios agrícolas nas políticas do comércio nacional e regional que não têm coerência com as metas de desenvolvimento acordadas em nível internacional, como a segurança alimentar ou a outorga de poder às mulheres (ver Seção 3.2.1). Outro exemplo é a falta de estudos de impacto no nível nacional (e internacional) – instrumentos úteis para monitorar as implicações sociais, bem como as relativas ao gênero, oriundas das políticas econômicas, financeiras e comerciais (ver Recomendação 1). A coerência entre políticas que “começa em casa” exige uma forte coordenação interdepartamental no nível nacional (ou regional) antes que os representantes do governo definam a posição de seus países quanto ao comércio, as relações exteriores ou o desenvolvimento social no nível internacional.²² Além disso, o diálogo relativo à coerência entre os vários ministros precisa ser intensificado e disponibilizado mas informações esparsas devem ser compartilhadas e usadas de maneira mais sistemática (Ashoff 2002:3). Dado que são de domínio regional algumas políticas, inclusive aquelas pertinentes à agricultura e à pesca, é preciso que se objetive também uma maior coerência entre as políticas no nível regional (Ashoff 2002:3).

Recomendação 7: Examinar minuciosamente o elo de ligação entre os PRSPs e as políticas macroeconômicas

Os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSPs) precisam sofrer uma minuciosa análise crítica a partir de uma ótica social e de gênero, particularmente com respeito à sua coerência (ou falta dela) com as políticas de liberalização de mercado. Também é necessário que se faça um exame crítico do desempenho das IBW sobre os critérios adicionais e não participativos que influenciam a elaboração da estratégia de desenvolvimento dos governos mais que os PRSPs (para uma discussão geral sobre os PSRPs, consultar Platz e Schoreder 2004).

Um fator fundamental para a implementação de estudos de impacto nacional é que os governos tenham de prestar contas sobre a coerência das políticas. Políticos, sindicatos, ONGs e grupos de mulheres costumam chamar atenção para as políticas fracassadas dos governos e/ou para os problemas que surgem e não são abordados. Ashoff (2002) corretamente destaca que, «vista do

²² “A coerência entre as políticas começa em casa”, conforme declarou Eveline Herfkens, Coordenadora Executiva do Secretariado Geral das Nações Unidas para a Campanha das MDM.

ângulo das políticas voltadas para o desenvolvimento [...], uma maior coerência entre as políticas exige esforços especiais para mobilizar o apoio público» (Ashoff 2002:3; ver Seção 2).

Complementando o nível nacional, os políticos, sindicatos, grupos de mulheres e ONGs precisam estar mais intimamente ligados em termos estruturais ao processo intergovernamental internacional porque desempenham um papel central em processos multirepresentativos com efeito sobre as políticas trabalhistas, as redes de segurança social e o emprego (Nações Unidas 2004c; ICFTU 2004). O relatório de julho de 2004 emitido por Especialistas e Lideranças das Nações Unidas sobre as relações ONU e Sociedade Civil, «Nós, os Povos: sociedade civil, as Nações Unidas e governança global» -Relatório Cardoso-, é um passo vital para fortalecer o engajamento daquela organização com as organizações da sociedade civil, inclusive as de mulheres. É importante que grupos de mulheres e especialistas em gênero se envolvam ativamente no processo de institucionalização da interação da ONU com a sociedade civil e na construção de novas estruturas no Escritório de Parcerias que está para ser criado pelo Secretário Geral (Nações Unidas 2004c).

Recomendação 8: Mais consultas e diálogo com mulheres pobres e outros grupos vulneráveis nas análises e avaliações do comércio e financiamento feitas pela ótica do gênero

A análise de gênero deveria ser conduzida por todas as partes interessadas – órgãos governamentais, sociedade civil e iniciativa privada – nos debates nacionais e internacionais sobre financiamento para o desenvolvimento. Deveria haver mais consultas e diálogo com mulheres pobres e outros grupos vulneráveis para identificar suas necessidades e dar-lhes voz nas decisões econômicas fundamentais. Eles deveriam estar ativamente envolvidos nas iniciativas e discussões que existem em torno de propostas.

Recomendação 9: Engendrar os processos de acompanhamento da ONU, inclusive o Relatório Cardoso

Recomendamos uma participação dos grupos de mulheres e especialistas em gênero mais ativa nos processos de acompanhamento do Relatório Cardoso. A longo prazo, precisamos fortalecer os processos participativos de formulação e tomada de decisão, usar instrumentos de avaliação que sejam sensíveis ao gênero e criar gabinetes exclusivos para tratar das questões do gênero -*gender desks*-. É necessário também que se mantenha o equilíbrio de gênero na representação e participação de grupos de mulheres e especialistas em gênero para ajudar a transpor os vazios organizacionais nos governos e órgãos internacionais.

Alguns países já estão empreendendo esforços substanciais para atingir a coerência entre políticas no nível nacional. Na Suécia, por exemplo, a coerência entre políticas sobre o desenvolvimento equitativo e sustentável no âmbito global foi lançada através do projeto de lei 2002/3:122, que estende a todas as áreas associadas ao comércio, agricultura, meio ambiente, segurança, migração e políticas econômicas.²³ Um dos elementos fundamentais da iniciativa sueca de coerência entre políticas é a

²³ O projeto de lei, explicitamente, “deita as bases de políticas coerentes e consistentes a fim de contribuir para o desenvolvimento equitativo e sustentável no mundo.”

Ver http://www.sweden.gov.se/sb/d/574/a/24520;_CfKYuyMZ-.

abordagem utilizada, que envolve diversas partes interessadas, inclusive discussões conduzidas nos níveis governamental, parlamentar e público acerca das questões sociais e econômicas. Dadas as complexas ligações entre comércio, políticas financeiras e sociais, e capacitação, a divulgação de informações e a articulação precisam se fortalecer juntamente com a ação coletiva, especialmente entre militantes de ONGs e grupos de mulheres (Nageer 2004).

5.2 Reestruturando instituições de governança global

O papel de domínio que atualmente desempenham a OMC e as Instituições de Bretton Woods na tomada de decisões econômicas a nível global só poderá ser modificado se os governos tiverem de prestar contas sobre seu comprometimento com os direitos humanos e com as metas de desenvolvimento acertadas internacionalmente junto às Nações Unidas (Adaba 2004:33) e se forem fortalecidas as Nações Unidas e reestruturadas as Instituições de Bretton Woods e a OMC.

A necessidade urgente de reestruturar as instituições de governança global tem sido enfatizada pelos governos de diversos países em desenvolvimento, de alguns países desenvolvidos e por inúmeras organizações da sociedade civil. Muitas expressaram, por diversas razões, decepção e até frustração com os resultados tanto das reuniões ministeriais recentes da OMC quanto das discussões de acompanhamento do FfD (Williams e Caliarì 2004; Williams 2003; Women's Edge 2003).

Primeiro, o aumento dos fluxos financeiros não tem sido suficiente para assegurar que se cumpram as MDM.²⁴ Os passos que os países menos desenvolvidos deram no sentido de melhorar seu ambiente doméstico com vistas a mais financiamento para o desenvolvimento não se equiparam a esforços semelhantes empreendidos pelos países desenvolvidos (ONU 2004d:2). Todo benefício que possam ter as trocas nas exportações de produtos agricultura agrícolas, minerais e metais, como o algodão e o aço, por exemplo, está sendo eliminado por ações antidumping, subsídios e até pelo ressurgimento de restrições impostas voluntariamente às exportações pelos países desenvolvidos, particularmente pelos Estados Unidos e pela União Européia.

Segundo, tanto a OMC quanto as Instituições de Bretton Woods nortearam seu discurso acerca da coerência entre políticas pelas suas próprias agendas em lugar de usarem os processos de acompanhamento do FfD para coordenarem políticas sobre o comércio e o financiamento (ver também Seção 3.1).²⁵ A meta da ONU era fazer com que os mecanismos de acompanhamento do Financiamento para o Desenvolvimento incluíssem diálogos entre delegados da própria ONU, o setor empresarial, organizações da sociedade civil e grupos de mulheres, constituindo assim um fórum mais participativo para discussões acerca de questões ligadas à coerência e ao contexto das MDM e outros compromissos assumidos. Muitos governos, organizações da sociedade civil e agências internacionais levantaram questões e mostraram-se ressabiadas com uma coerência entre políticas que vinha surgindo com ênfase na liberalização do comércio e financiamento acima de tudo.

Terceiro, muitas organizações da sociedade civil se mostraram ressabiadas com as estruturas de governança dentro das instituições multilaterais de financiamento. Além disso, existe a necessidade de

²⁴ O relatório do Secretário Geral da ONU se referiu a isso como o “déficit de desenvolvimento” de Monterrey.

²⁵ Em 1995, os ministros do comércio e financiamento adotaram a “Declaração pela Busca da Coerência na Formulação de Políticas Globais”, um documento convocando uma maior cooperação entre a OMC e as IBW, juntamente com os acordos da OMC. Em seguida, a OMC assinou convênios de cooperação com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Desde então, cada uma das IBW aumentou a ênfase na liberalização do comércio em seus mandatos e conseqüentemente expandiram seu enfoque no comércio.

uma reforma das estruturas de voto dentro do FMI e do Banco Mundial e também da composição das suas diretorias executivas. No momento, a votação se reparte nas IBW de forma a assegurar que os países industriais detenham 62% do poder de voto no FMI e 61% no Banco Mundial. Cabe destacar que os votos básicos repartidos igualmente por todos os países caíram de um total de 11,3% para 2,1% (Schroeder e Adaba 2003:4). Assim sendo, as quotas se tornaram o principal determinante do poder de voto, minando a participação dos países pequenos (ver declaração de Ariel Buira em FES 2003). E mais, a desequilibrada composição das diretorias executivas do FMI e do Banco Mundial também é um fator fundamental para colocar as decisões nas mãos de um pequeno grupo de países desenvolvidos, fato que torna extremamente difícil tratar dos interesses dos países em desenvolvimento e das mulheres cidadãs junto às políticas, estratégias e planos de ação. A composição das diretorias também é desequilibrada quando analisada através da ótica do gênero; a Diretoria Executiva do Banco Mundial tem apenas uma mulher e a Diretoria Executiva do FMI tem duas (num total de vinte e quatro integrantes) (Schroeder e Adaba 2003).²⁶

Propostas para reestruturar as instituições de governança global e “configurar novas organizações mundiais agora enchem bibliotecas inteiras” (Martens 2003:31). Em termos gerais, elas podem ser classificadas em três categorias.

O primeiro conjunto de propostas se refere à idéia de um órgão global e democrático de tomada de decisões para as questões econômicas e sociais. Há cinco formatos em discussão nesse contexto (Martens 2003): a) criação de um novo Conselho de Segurança Econômica e Social; b) aumento do mandato do Conselho de Segurança com relação a problemas econômicos, sociais e ambientais; c) aumento do G-8; d) uma proposta para fazer com que o Comitê Geral da Assembléia Geral sirva órgão de tomada de decisões em alto nível sobre questões de inquietação global; e e) atualização do ECOSOC. Com relação ao ponto e), uma das propostas é a que foi lançada por Schroeder e Adaba (2003). O artigo em questão recomenda que o ECOSOC indique, dentre os seus integrantes, um executivo ou um comitê diretivo formado por três ou quatro países de cada uma das regiões geográficas. A tarefa desse comitê seria apoiar o Conselho em toda área de relevância social e econômica, como a coerência entre políticas, e em particular no acompanhamento da Conferência de Monterrey, inclusive as preparações para o diálogo anual de alto nível do ECOSOC com as Instituições de Bretton Woods e a OMC (Schroeder e Adaba 2003).

O segundo conjunto de propostas tem a ver tanto com a democratização da estrutura de tomada de decisões do FMI, do Banco Mundial e da OMC quanto com o fortalecimento do papel desempenhado na OMC pelos países em desenvolvimento (ver discussão acima). O terceiro conjunto de propostas visa aumentar a transparência da participação da sociedade civil nas instituições internacionais do comércio e financiamento (Martens 2004:31-35).²⁷ Muito recentemente, o Primeiro Ministro do Canadá Paul Martin recomendou a criação de um grupo informal de «Líderes do G-20» de forma a promover uma efetiva colaboração internacional para as questões de equidade global e governança democrática. É importante assegurar que esta e outras propostas mantenham um elo claro entre o órgão proposto e a ONU, e que eles apoiem o processo de cúpula dos líderes da ONU. Não obstante isso, também é necessário assegurar que sejam representados os países em desenvolvimento e os interesses das mulheres, dos trabalhadores e dos pobres (CCIC 2004).

²⁶ Esta questão merece maiores discussões e está além da alçada deste artigo. Não obstante, acompanhando Buira (FES 2003), recomendamos que as IBW: a) reestruem suas diretorias executivas; b) revisem suas fórmulas para quotas; e c) restaurem o papel original dos votos básicos, a fim de corrigirem os atuais desequilíbrios e dar aos países em desenvolvimento a adequada representação que lhes é devida (FES 2003).

²⁷ Consultar Martens 2004 para ver uma discussão detalhada das várias propostas.

Dadas as fortes inquietações quanto ao atual estado de coerência entre políticas e padrão de governança global do conjunto OMC-FMI-BM, a seção que se segue irá examinar até que ponto os processos de acompanhamento chefiados pela ONU oferecem um quadro adequado para se tratar dessas mesmas inquietações a partir de uma ótica do gênero.

Recomendação 10: Conectar a pesquisa de gênero com a coerência entre políticas

É necessário que:

- a) haja uma participação cada vez mais ampla na formulação de políticas, na tomada de decisões e na determinação de regras, inclusive no desenvolvimento da coerência entre políticas. É fundamental assegurar a participação ativa da sociedade civil, inclusive de grupos de mulheres, bem como o envolvimento de especialistas em gênero;
- b) se estabeleça um forte elo entre a pesquisa de gênero, a formulação de políticas e a coerência entre as mesmas nos níveis nacional, regional e internacional.

Será argumentado na Seção 6 que o recém apresentado relatório da Comissão Mundial para a Dimensão Social da Globalização e seu mecanismo de acompanhamento, que tem valor por si só, pode ajudar a fortalecer os esforços de acompanhamento do FfD de forma que eles tratem adequadamente dos objetivos declarados da ICFFD.²⁸ O relatório e seu mecanismo de acompanhamento também podem ajudar a reorientar a coordenação de políticas macroeconômicas, especialmente as de comércio e financiamento, de volta a um processo de acompanhamento mais participativo liderado pela ONU. Mas também se faz necessário assegurar que esses processos da ONU sustentem o arcabouço de desenvolvimento humano e social ao traçarem políticas macroeconômicas, incluindo coerência entre elas.

6 Delineando o mecanismo de acompanhamento em 2005: Levando o mandato da coerência nas políticas para o processo da ONU

A necessidade de reorientar o mandato de coerência nas políticas e em apoio ao arcabouço do desenvolvimento humano pede esforços complementares e mecanismos institucionais que mobilizem apoio político e público para o desenvolvimento sustentável centrado no povo. Primeiro, isso exigiria que a Assembléia Geral das Nações Unidas, em coordenação com organizações da sociedade civil, particularmente grupos de mulheres, assumissem um papel mais forte na liderança de questões relativas a políticas macroeconômicas e sociais de forma que todas as agências fossem trazidas para o âmbito da sua orientação e se alinhassem com o arcabouço dos direitos humanos. Têm particular importância alguns esforços no sentido de integrar a OMC ao sistema da ONU com base nos Artigos 57, 58, 63 e 64 da Carta da ONU (DESA/OESC 2004: 21; Martens 2004: 45f).

²⁸ A Conferência Internacional de 2002 sobre Financiamento para o Desenvolvimento reconheceu a necessidade de aprimorar a coerência entre políticas dos sistemas internacionais de financiamento e comércio, bem como o monetário, com relação às metas de desenvolvimento, inclusive a Declaração do Milênio e os acordos de outras reuniões de cúpula da ONU sobre gênero, desenvolvimento social e meio ambiente acertados na década de 1990. Entretanto, as políticas de liberalização de mercado que embasam muitas das ações recomendadas no documento final, o Consenso de Monterrey, entram em conflito com o objetivo declarado da conferência quanto à promoção de “sistemas econômicos nacionais e globais assentados sobre os princípios de justiça, equidade, democracia, participação, transparência, prestação de contas e inclusão” (Floro et al 2003; Schroeder et al 2003).

O Diálogo de Alto Nível de outubro de 2003 sobre FfD e a reunião ECOSOC de 2004 com instituições de comércio e financiamento foram importantes fóruns de acompanhamento da Conferência de Monterrey para assegurar passos e estratégias concretas de forma a atender as necessidades financeiras dos compromissos assumidos internacionalmente. Para ajudar a fortalecer o mandato da ONU para o desenvolvimento de uma coerência entre as políticas, e também assegurar que as regras e acordos da OMC bem como as políticas econômicas partilhadas pelas instituições financeiras internacionais venham a apoiar o mandato social da ONU e não prejudicá-lo, seria importante ampliar as reuniões anuais de alto nível da ECOSOC com as Instituições de Bretton Woods e a OMC (Scroeder e Adaba 2003).

E o que é mais importante, esses esforços precisam ser empreendidos de forma a integrar plenamente as questões e inquietações de gênero nos mecanismos de acompanhamento do financiamento para o desenvolvimento. Embora os grupos de mulheres e as economistas feministas tenham se mostrado ativas nas reuniões preparatórias do comitê para FfD, houve uma decepção generalizada, especialmente no que tange a incoerência do documento final e do Consenso de Monterrey, com os objetivos declarados na conferência, a saber a promoção de «sistemas econômicos nacionais e globais baseados nos princípios de justiça, equidade, democracia, participação, transparência, prestação de contas e inclusão» (Nações Unidas 2002, par. 9). Embora mencione que promover a outorga de poder para as mulheres e a igualdade de gênero é um objetivo importante, o Consenso de Monterrey não presta a devida atenção à maneira como serão atingidas essas metas de desenvolvimento e outras mais. Isso se reflete na carência generalizada de mecanismos e propostas concretas que são especificadas em qualquer período dado (Floro et al 2003). Portanto, é importante que os processos de FfD e outros de acompanhamento da ONU incluam monitoramento e avaliação sensível a gênero para as negociações multilaterais do comércio, esquemas de alívio da dívida, PRSPs e negociações de empréstimos. Existe uma necessidade de transversalizar o gênero em todos os processos de acompanhamento da ONU bem como nos de tomada de decisões pelas instituições de Bretton Woods e OMC (Nações Unidas 2004b).

Recomendação 11: Protagonizar o gênero nas forças tarefas da ECOSOC e ONU.

De forma a assegurar que a coerência entre políticas venha a estimular o cumprimento de metas e compromissos assumidos internacionalmente dentro do arcabouço da Plataforma de Beijing para Ação e da Declaração do Milênio, o papel da ONU precisa ser fortalecido e divulgado, especialmente as atuais estruturas dentro do seu processo, incluindo PNUD, UNCTAD, OIT, FAO e ECOSOC. Isto servirá para que as questões de gênero e as inquietações distribucionais e sociais sejam tratadas de maneira adequada nas discussões, inclusive aquelas da reunião especial de alto nível da ECOSOC.

A Força Tarefa Interagências para Gênero e FfD voltada para a igualdade das mulheres e de gênero em geral, particularmente UNIFEM e DAW, ajudou a disseminar a conscientização de gênero em todas as reuniões preparatórias do comitê para FfD e na conferência de Monterrey. É importante que haja uma transversalização do gênero em todas as agências e organismos da ONU e que a Força Tarefa continue a desempenhar um papel ativo nos processos de FfD. Da mesma forma, a Força Tarefa Interagências para Gênero e Comércio liderada pela UNCTAD pode funcionar como um pivô para assegurar o tratamento das dimensões de gênero na agenda do comércio (UNCTAD 2004: 73). Como principal organismo da Assembléia Geral da ONU que lida com questões de comércio, investimento e

desenvolvimento, a UNCTAD – juntamente com a OIT – pode desempenhar um papel importante na formulação de um conceito de coerência entre políticas mais centrado nas pessoas e sensível ao gênero (ver Seção 4.2).²⁹ Juntamente com grupos de mulheres e especialistas em gênero, a UNCTAD também poderia desempenhar um papel fundamental para trazer a questão do espaço de políticas à baila nas negociações do comércio e investimento de forma sensível ao gênero. As regras do comércio bem como os acordos de investimento e empréstimos deveriam «manter o espaço de políticas para que os governos dos países [especialmente aqueles em desenvolvimento] promovam e protejam os direitos humanos de seus povos». (Walker 2004: 323; ver também Recomendações 6 e 4).

Além do FfD, seria importante mobilizar em 2005 o apoio político e público para engendrar coerência de políticas e políticas macroeconômicas noutros processos da ONU. As políticas macroeconômicas e sociais precisam ser revistas e alteradas de forma que apóiem plenamente os objetivos da Plataforma de Beijing para Ação, a Declaração de Copenhague e as Metas de Desenvolvimento para o Milênio. Os processos de revisão para 2005 da Comissão Mundial para o Desenvolvimento Social, da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) e o grupo das MDM são importantes neste aspecto.

Finalmente, as recomendações e processos de acompanhamento do relatório recém-apresentado pela Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização podem ajudar a reorientar a coordenação de políticas macroeconômicas, principalmente as do comércio e financiamento, de volta para os processos de acompanhamento liderados pela ONU. Dois aspectos do relatório da Comissão Mundial merecem destaque. Primeiro, a Comissão Mundial recomenda que as instituições multilaterais tomem iniciativas de coerência entre políticas para formular propostas integradas de políticas que equilibrem as preocupações sociais, econômicas e desenvolvimentistas em áreas específicas. Questões que permeiam todas essas áreas, como a criação de empregos, a redução da pobreza, a igualdade de gênero e a outorga de poder às mulheres, a proteção aos direitos trabalhistas fundamentais, educação, saúde, segurança alimentar e assentamentos humanos recebem alta prioridade e importância (Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização 2004: 134-137). Segundo, a Comissão Mundial recomenda que sejam estabelecidos diálogos para as formulações de políticas e, como um segundo passo, um fórum global que sirva como plataforma mais ampla para diálogos sobre a dimensão social da globalização. Um tema chave para diálogo macroeconômico é a iniciativa global para emprego com enfoque especial na outorga de poder para as mulheres e o trabalho informal.

²⁹ O tema geral das reuniões anuais de alto nível da ECOSOC com as Instituições de Bretton Woods e a OMC em 2004 foi “Coerência, coordenação e cooperação no contexto da implementação do Consenso de Monterrey,” com enfoque especial sobre o investimento e o comércio, as MDM e a sustentabilidade da dívida. O papel da UNCTAD no debate sobre a coerência entre as políticas está ilustrado pela sua participação na Reunião Especial de Alto Nível da ECOSOC com as Instituições de Bretton Woods e a OMC pela primeira vez em 2004.

Recomendação 12: Transversalização do gênero nos processos de acompanhamento dos Financiamentos para o Desenvolvimento

O papel ativo dos grupos de mulheres é fundamental para trazer à tona as inquietações relativas ao gênero e para tratar das maiores falhas do Consenso de Monterrey em discussões chave e processos decisórios do financiamento para o desenvolvimento. Neste aspecto, seria essencial para facilitar e encorajar a participação ativa e o re-engajamento das organizações de mulheres e de economistas feministas. Também recomendamos que a ONU e suas agências:

- a) reagrupem a “Força Tarefa da Rede Interagências de Igualdade das Mulheres e de Gênero para questões de Gênero e FfD” e forneçam apoio adequado a iniciativas já articuladas;
- b) fortaleçam o FfD trabalhando com e/ou assessorando grupos de mulheres e especialistas em gênero.

Para que governos e organizações multilaterais tratem das questões críticas de gênero e das inquietações das mulheres será preciso uma participação efetiva e assentada sobre bases amplas dos grupos de mulheres e especialistas em gênero. Portanto, é importante que os grupos de mulheres e economistas feministas:

- a) participem ativamente da iniciativa de levar adiante as discussões sobre Financiamento para o Desenvolvimento em várias regiões e países;
- b) façam uma revisão sensível ao gênero das estruturas decisórias e dos organismos responsáveis pela formulação de políticas envolvidos na condução das principais ações do Consenso de Monterrey;
- c) propiciem aos seus integrantes treinamento sobre questões econômicas e economia feminista com vistas a uma participação mais ampla nos diálogos com governos e organismos internacionais;
- d) trabalhem no sentido de ampliar seu quadro de integrantes, em particular dando voz às mulheres pobre dos setores rural e informal; e
- e) propiciem apoio para avaliações do impacto de gênero que as políticas voltadas para os domicílios pobres causam em termos de emprego, segurança econômica e fardo de trabalho não remunerado.

Recomendação 13: Formulação dos mecanismos de acompanhamento ao relatório da Comissão Mundial

A participação ativa das mulheres precisa ser facilitada e promovida na preparação e coordenação de um acompanhamento efetivo ao relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização. O papel dos grupos de mulheres e especialistas em gênero é importante, especialmente no contexto de:

- a) apoiar a proposta da Comissão Mundial para iniciativas de coerência entre políticas (PCIs) e o monitoramento dos resultados quanto a questões e preocupações de gênero; e
- b) planejar e implementar os diálogos envolvendo múltiplas partes interessadas e o Fórum Global das Políticas para serem configurados pela OIT. Precisam ser tratadas, em particular, as preocupações relativas a gênero no que tangem ao emprego e ao trabalho informal (ver Seção 4.1).

Um processo importante oriundo do trabalho da Comissão Mundial é o chamado «Processo de Helsinque sobre a Globalização e a Democracia». O Processo de Helsinque é uma iniciativa conjunta dos governos finlandês e tanzaniano que compromete três áreas de enfoque, a saber, a solução de problemas globais, uma agenda econômica global e a segurança humana. A meta do grupo é especificamente começar um processo que contribua para a implementação de compromissos com a comunidade global (Secretariado do Processo de Helsinque 2004). Tal qual acontece com os processos de acompanhamento do Financiamento para o Desenvolvimento, o papel ativo dos grupos de mulheres é crítico para trazer à tona preocupações de gênero nas discussões e processos decisórios fundamentais do Processo de Helsinque.

7 Alguns comentários finais

Uma globalização justa e equilibrada em termos de gênero requer que os sistemas de financiamento e comércio internacional apoiem plenamente e operem de acordo com os compromissos assumidos pela ONU, especialmente no que tange a igualdade de gênero e a outorga de poder às mulheres. Particularmente, é preciso elaborar políticas macroeconômicas e uma coerência entre as políticas de acordo com princípios e dentro de um arcabouço que promova a proteção social, os direitos humanos e trabalho decente para todos, mulheres e homens. Conforme afirma corretamente o presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva: “outra globalização – que seja tanto socialmente justa quanto politicamente sustentável – precisa começar com o direito de todos ao trabalho, a um emprego que dignifique o trabalhador. O acesso a um trabalho decente se encontra no cerne das primeiras e mais destacadas Metas do Milênio: a redução da pobreza e da fome.” (da Silva citado em OIT 2004b). Tendo isto em mente, o ano 2005 apresenta uma oportunidade exclusiva para mobilizar a vontade política e o apoio público para uma maior coerência entre políticas que atenda às necessidades do povo e especialmente as necessidades das mulheres pobres – trabalho decente, proteção social e outorga de poder.

Referencias

- Adaba, Gemma (2004), "A view from labor," in: WICEJ (ed.) Seeking Accountability on Women's Human Rights. Women Debate the UN Millennium Development Goals. New York, pp. 31-33.
- Ashoff, Guido (2002), Improving Coherence between Development Policy and Other Policies. The case of Germany, (DIE Briefing Paper 1/2002), pp. 1-4.
- Balakrishnan, R. and M. Huang (eds.) (2002), "The Hidden Assembly Line: Gender Dynamics of Subcontracted Work in a Global Economy". Kumarian Press, Bloomfield, Connecticut.
- Beneria, Lourdes (2001), "Shifting the Risk: New Employment Patterns, Informalization, and Women's Work," in: International Journal of Politics, Culture and Society, vol. 15, no. 1, September, pp. 27-53.
- Beneria, Lourdes and Maria Floro (2003), "Distribution, Gender and Labor Market Informalization: A Conceptual Framework and a Focus on Homebased Workers," forthcoming, in: L. Beneria and Neema Kudva (eds.) Rethinking Informalization: Precarious Jobs, Poverty and Social Protection, Cornell e-Publishing.
- Beneria, Lourdes and Martha Roldan (1987), The Crossroads of Class and Gender. Homework, Subcontracting and Household Dynamics in Mexico City, The University of Chicago Press.
- Benton, L. (1989), "Homework and Industrial Development: Gender Roles and Restructuring in the Spanish Shoe Industry," in: World Development, vol. 17, no. 2, pp. 255-266.
- Berik, Gunseli, Yana vander Meulen Rodgers, and Joseph E. Zveglic, Jr. (2004), "International Trade and Wage Discrimination: Evidence from East Asia," in: World Bank Policy Research Working Paper No. 3111.
- Berik, Gunseli (2000), "Mature Export-led Growth and Gender Wage Inequality in Taiwan", in: Feminist Economics, vol. 6, no. 3, November, pp. 1-26.
- Boonmathya, Ratana et al. (1999), The Situation of Women Subcontracted Workers in the Garment Industry in Bangkok, Thailand, Working Paper, The Asia Foundation, Bangkok, October.
- Braunstein, Elissa (2000), "Engendering Foreign Direct Investment: Family Structure, Labor Markets and International Capital Mobility," in: World Development, vol. 28, no. 7, pp. 1157-1173.
- Braunstein, Elissa and Gerald Epstein, (2002), "Bargaining Power and Foreign Direct Investment in China: Can 1.3 Billion Consumers Tame the Multinationals?" in William Milberg (ed.) Labor and the Globalization of Production. London: Palgrave Macmillan, <http://www.umass.edu/peri/pdfs/WP45.pdf>.
- Braunstein, Elissa (2004), Gender-Intensive FDI and Policies for Development, PERI Working Paper, University of Massachusetts, Amherst.
- Bretton Woods Project (2003), Harmonisation and Coherence: White Knights or Trojan Horses. Global Policy Forum.
- Çağatay, Nilufer (2001), Trade, Gender and Poverty, Background Paper for United Nations Development Programme, <http://www.undp.org/poverty/publications/wkpaper/wp5/wpf-nilufer.pdf>
- Caliari, Aldo (2004), The "Coherence" Agenda of International Finance and Trade Institutions is Tightening Industrial Country Control Over Developing Countries. World Hunger Notes.
- Carr, Marilyn, Martha Chen and Jane Tate (2000), "Globalization and Home Based Workers," in: Feminist Economics, vol. 6, no. 3, November, pp. 123-42.
- Canadian Council for International Cooperation [CCIC] (2004), Jumpstarting Multilateralism. A Leaders G-20 that Promotes Global Equity and Democratic Global Governance (http://www.ccic.ca/e/docs/002_ipr_g-20_note_2004-05.pdf).
- CELA-PUCE (2002), "Evaluación de Los Impactos Economicos y Sociales de las Políticas de Ajuste Estructural en el Ecuador 1982-1999", <http://saprin.org/ecuador/research/ecures/ej/fin.pdf>
- Chang, Ha-Joon and Ilene Grabel (2004), Reclaiming development: An Alternative Economic Policy Manual. Zed Press, London.
- Charmes, Jacques (1998), Informal Sector, Poverty and Gender: A Review of Empirical Evidence. Background Paper for the World Bank World Development Report 2000, World Bank, Washington DC.
- Chen, Martha, Jennifer Sebstad and Lesley O. Connell (1999), "Counting the Invisible Workforce: The Case of Homebased Workers," in: World Development, vol. 27, no. 3, pp. 603-610.
- Civil Society Forum (2004), Civil Society, Corporate Globalisation and the role of UNCTAD (NGO statement at the UNCTAD XI conference) Sao Paulo.
- Civil Society Statement on Policy Coherence (2003), ECOSOC Special High-Level

- meeting with the Bretton Woods Institutions and the WTO (April 14, 2003). New York.
- Date-Bah, Eugenia, "Technologies for Rural Women of Ghana: Role of Socio-cultural Factors," in: Ahmed, Iftikhar (ed.), *Technology and Rural Women: Conceptual and Empirical Issues*, London: George Allen and Unwin, 1985, pp. 211-251.
- DESA/OESC (2004), *An overview of proposals on reform of the United Nations in the economic and social areas*. Draft Working Paper.
- Deutscher Bundestag [German Parliament] (2002) *Globalisierung der Weltwirtschaft. Schlussbericht der Enquete-Kommission*. Berlin: Leske+Budrich.
- Elson, Diane (1996), "Appraising Recent Developments in the World Market for Nimble Fingers" in: Amrita Chachhi and Renee Pitin (eds.) *Confronting State, Capitalism and Patriarchy* Macmillan Press, pp. 35-55.
- Elson, Diane (2002), *Gender Responsive Budget Initiatives: Some Key Dimensions and Practical Examples*. Paper presented at the conference on Gender Budgets, Financial Markets, Financing for Development, Berlin: Heinrich Boell Stiftung.
- Erturk, Korkut and William Darity (2000), "Secular Changes in the Gender Composition of Employment and Growth Dynamics in the North and the South", in: *World Development*, vol. 28, no. 7, pp. 1231-1238.
- Erturk, Korkut and Nilufer Çagatay (2004), *Gender and Globalization: A Macroeconomic Perspective*, Background Paper for the ILO Report: *A Fair Globalization: Creating Opportunities for All*, Geneva.
- Food and Agricultural Organization [FAO] (2004), "Agriculture, Trade and Gender," in: *United Nations, Trade and Gender: Opportunities and Challenges for Developing Countries*, New York and Geneva.
- FES [Friedrich Ebert Stiftung] (2003), "Reforming Global Governance – A Review of the Policy Debate", Report of the Seminar Retreat held at Tarrytown, 2-3 October 2003, organized by the Friedrich Ebert Foundation, ICFTU and CIDSE (unpublished document).
- Floro, Maria (1992), "Women, Work and Agricultural Commercialization in the Philippines", in: N. Folbre, B. Bergmann, B. Agarwal and M. Floro (eds.), *Women's Work in the World Economy*, New York: New York University Press, pp. 3-40.
- Floro, Maria (1995), "Economic Restructuring, Gender and the Allocation of Time," *World Development*, vol. 23, no. 11, November, pp. 1913-1930.
- Floro, Maria (1992), "Women, Work and Agricultural Commercialization in the Philippines", in: N. Folbre, B. Bergmann, B. Agarwal and M. Floro (eds.), *Women's Work in the World Economy*, New York: New York University Press, pp. 3-40.
- Floro, Maria (1995), "Economic Restructuring, Gender and the Allocation of Time," *World Development*, vol. 23, no. 11, November, pp. 1913-1930.
- Floro, Maria (2001), *Gender Dimensions of Financing for Development*, Background Paper prepared for the United Nations Development Fund for Women, New York.
- Floro, Maria (2002a), "Macroeconomic Analysis Background Paper: The Case of Ecuador," *Urban Poverty and Social Policy in the Context of Adjustment Project*, Working Paper, World Bank, Washington DC.
- Floro, Maria (2002b). "A Gender Approach to the Collection and Use of Statistics on Homework," Policy Paper prepared for the UN Committee on Statistics, Bangkok, Thailand, November 25-27, 2002.
- Floro, Maria and Marjorie Miles (2003), "Time Use and Overlapping Activities: Evidence from Australia", *Cambridge Journal of Economics*, vol. 27, no. 6, November, pp. 881-904.
- Floro, Maria, Nilufer Çagatay, Korkut Erturk and John Willoughby, (2003), *Gender Issues and Distributional Concerns of Financing for Development*, Background Paper prepared for United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women (INSTRAW), June.
- Moock, Joyce Lewinger (ed.) (1986), *Understanding Africa's Rural Households and Farming Systems*, Boulder and London: Westview Press, pp. 92-104.
- Haddad, Lawrence, John Hoddinott and Harold Alderman (eds.) (1995), *Intrahousehold Resource Allocation in Developing Countries: Models, Methods, and Policy*, Baltimore and London, Johns Hopkins University Press for the International Food Policy Research Institute, pp. 263-74.
- Helsinki Process Secretariat (2004) *Helsinki Process on Globalisation and Democracy*. Magazine 1/2004). Helsinki.
- Hirway, Indira (2002), *Indian Experience of Time Use*, Proceedings of the National Seminar on Applications of Time Use Statistics, 8-9 October 2002, organized by Department of Statistics, Government of India in collaboration with UNIFEM, New Delhi and Centre For Development Alternatives (CFDA), Ahmedabad.
- Hoeven, Rolph van der and Hella Hoppe (2004), "Employment Impacts of Privatization," in: *The Limits To Privatization*, ed. by Ernst Ulrich von Weizsäcker,

- Oran R. Young and Matthias Finger, London: Earthscan, pp. 267-271.
- Hoppe, Hella and Dolfsma, Wilfred (2004), "The Global Gender Division of Labor" in: O'Hara, Phil (ed.) *Global Political Economy and the Wealth of Nations: Performance, Institutions, Problems and Policies*, London and New York: Routledge, pp. 188-207.
- Hossain, H. (1988), "Industrialization and Women Workers in Bangladesh: From Home-Based Work to the Factories," in N. Heyzer, (ed.), *Daughters in Industry*, Kuala Lumpur: Asia Pacific Development Center.
- ICFTU (2004), ICFTU Statement to UNCTAD XI hearing with civil society and the private sector, unpublished document.
- ICTSD (2004), WTO: July Framework agreed at eleventh hour. Geneva.
- ILO (1996), ILO Convention on Homework. Geneva.
- ILO (1996), ILO Convention on Homework. Geneva.
- ILO (1999), *World Employment Report 1998-99. Women and training in the global economy*. Geneva.
- ILO (2001), *World Employment Report 2001*. Geneva.
- ILO (2003), *Global Employment Trends 2003*. Geneva.
- ILO (2004a), *Global Employment Trends 2004*. Geneva.
- ILO (2004b), World leaders call for fair globalization to achieve Millennium Development Goals. Press release (20. September 2004).
- Kabeer, Naila (2000), *The Power to Choose*, Verso Press, London.
- Khor, Martin (2004), UNCTAD XI: Developing Countries fight for policy Space. Working paper.
- Kucera, David and William Milberg (2000), "Gender Segregation and Gender Bias in Manufacturing Trade Expansion: Revisiting the 'Wood Asymmetry,'" in: *World Development*, vol. 28, no. 7, July, pp. 1191-1210.
- Kucera, David (2001), *The Effects of Core Worker Rights on Labour Costs and Foreign Direct Investment: Evaluating the Conventional Wisdom*, Decent Work Research Programme Working Paper No. 130, International Institute for Labour Studies, ILO, Geneva.
- Kumar, Shubh K. (1994), *Adoption of Hybrid Maize in Zambia: Effects on Gender Roles, Food Consumption and Nutrition*, Research Paper 100, Washington DC: International Food Policy Research Institute.
- Lipton, Michael and Richard Longhurst (1989), *New Seeds and Poor People*, Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press.
- Martens, Jens (2003), *The future of multilateralism after Monterrey and Johannesburg*, Berlin/New York: FES.
- Meltzer, Erica (2004), "Assuring Development Gains From Trade," in: *International Trade Forum*, no. 2, 2004, pp. 14.
- Moock, Joyce Lewinger (ed.) (1986), *Understanding Africa's Rural Households and Farming Systems*, Boulder and London: Westview Press.
- Nageer, Farah (2004), *Fact Sheet #4: What you need to know about Trade-Finance Policy Coherence*. Working Paper.
- Oxfam (2002), *Cultivating Poverty. The Impact of US Cotton Subsidies on Africa* (Oxfam Briefing Paper No. 30).
- Pérez-Sáinz, Juan Pablo (2000), "Labor Market Transformation in Latin America During the 1990s: Some Analytical Remarks," FLACSO, Costa Rica.
- Pichetpongsa, Anant (2004), *Work Intensity and Individual-Well Being: Evidence from Thailand*, Ph.D thesis, American University, Washington DC.
- Prugl, Elisabeth (1999), *The Global Construction of Gender: Home-Based Work in the Political Economy of the 20th Century*, New York: Columbia University Press.
- Puri, Lakshmi (2004), "The 'Engendering' of Trade for Development: An Overview of the Main Issues," in: UNCTAD (ed.), *Trade and Gender. Opportunities and Challenges for Developing Countries*. Geneva, pp. 55-76.
- Roldan, Martha (1987), "Renegotiating the Marital Contract: Intrahousehold Patterns of Money Allocation and Women's Subordination Among Domestic Outworkers in Mexico City," in: Daisy Dwyer and Judith Bruce (eds.), *A Home Divided: Women and Income in the Third World*, Stanford University Press, Palo Alto, pp. 229-247.
- Platz, Daniel and Frank Schroeder (2004), *The role of Poverty Reductions Strategy Papers (PRSPs) in financing for development*. Report on a seminar held on 9 September 2004 at UN Headquarters, New York. (http://www.fesny.org/docus/prsp_event_meeting_fi nal_report.doc).
- Schroeder, Frank and Gemma Adaba (eds.) (2003), *A political agenda for the Reform of Global Governance*. A background policy paper (http://www.fesny.org/docus/unref2/Political_agenda_global_governance.pdf).
- Sequino, Stephanie (2000), "Gender Inequality and Economic Growth: A Cross-

- Country Analysis," in: World Development, vol. 29, no. 7, July 2000, pp. 1211-1230.
- Seguino, Stephanie and Maria Floro (2003), "Does Gender Have Any Effect on Aggregate Savings? An Empirical Analysis," *International Review of Applied Economics*, vol. 17, no. 2, 2003, pp. 147-166.
- Standing, (1999), *Global Labour Flexibility: Seeking Distributive Justice*, New York: St. Martin's Press.
- Third World Network (2004), Comments on the July General Council Draft Decision (16 July 2004). Working Paper.
- Todaro, Rosalba and Sonia Yanez (eds.) (2004), *El Trabajo Se Transforma: Relaciones de Produccion y Relaciones de Genero*, Centro de Estudios de la Mujer, Santiago, Chile.
- Ul Haque, Irfan (2004), Commodities as a Development Issue. Discussion paper presented at the Informal hearings of civil society on financing for development (UN Headquarters, Conference Room 3, 22 March 2004) (see also <http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/378/01/PDF/N0437801.pdf?OpenElement>).
- UNCTAD (2003), Report of the meeting of Eminent Persons on commodity issues (TD/B/50/11, 30 September 2003). Geneva.
- UNCTAD (2004), Sao Paulo Consensus. (TD/410, 25 June 2004), Geneva.
- UNCTAD (2004a), UNCTAD XI – The Spirit of Sao Paulo. (TD/L.382, 17 June 2004), Geneva.
- UNIFEM (2000), *Progress of the World's Women 2000*. UNIFEM Biennial Report, New York.
- UNIFEM et al (2004), "Trading Off inequalities. Gender trade impact assessment as a tool for trade reform," in: UNCTAD (ed.) *Trade and Gender. Opportunities and Challenges for Developing Countries*. Geneva, pp. 361-384.
- United Nations (1999), *1999 World Survey on the Role of Women in Development: Globalization, Gender and Work*, UN Division for the Advancement of Women, Department of Economic and Social Affairs, New York.
- United Nations (2000), *The World's Women 2000 Trends and Statistics*. New York: United Nations.
- United Nations (2002), *Outcome of the International Conference on Financing: Report of the Secretary General, August 23, 2002*. United Nations A/57/344. (Referred to as the Monterrey Consensus).
- United Nations (2004a), *We the peoples: civil society, the United Nations and global governance*. Report of the Panel of Eminent Persons on the United Nations-Civil Society Relations. New York.
- United Nations (2004b), *Implementation of the outcome of the World Summit for Social Development and of the twenty-fourth special session of the General Assembly*. Report of the Secretary-General. New York.
- United Nations (2004c), *Report of the Secretary-General on the implementation of the Report of the Panel of Eminent Persons on United Nations-Civil Society Relations*. New York.
- United Nations (2004d), *Report of the Secretary General: Follow-up to and Implementation of the Outcome of the International Conference on Financing for Development*, UN General Assembly, Aug 16.
- United Nations (2004e) *Resources mobilization and enabling environment for poverty eradication in the context of the implementation of the Programme of Action for the Least Developed Countries for the Decade 2001-2010*. Report of the Secretary-General (E/2004/54). New York.
- Ventura-Dias, Vivianne (1985), "Modernization, production organization and rural women in Kenya," in: Ahmed, Iftikhar (ed.), *Technology and Rural Women: Conceptual and Empirical Issues*, London: George Allen and Unwin, pp. 157-210.
- Walker, Simon (2004), *Human Rights, Gender and Trade. A legal framework*, in: UNCTAD (ed.) *Trade and Gender. Opportunities and Challenges for Developing Countries*. Geneva, pp. 321-345.
- Wells, Pera et al (2004), *Towards a consensus in shaping the future of United Nations – NGO relations*. (<http://www.wfuna.org/>).
- Williams, Mariama (2003), *Gender Mainstreaming in the Multilateral Trading System*, Commonwealth Secretariat and the GATS, London.
- Williams, Mariama (2004), *Gender, the Doha Development Agenda and the Post Cancún Trade Negotiations*. Draft Paper.
- Williams, Mariama and Aldo Caliarì (2004), *Capacity of International Financial Institutions to Support Trade Liberalisation in Low-income and Vulnerable Countries*. Civil Society Briefing Paper prepared for the 2004 Commonwealth Finance Ministers Meeting.



Women's Edge (2003), Framework for Gender Assessment of Trade and Investment. Draft paper, Washington DC.

World Bank (2004), The Costs of Attaining the Millennium development Goals. Washington D.C. (<http://www.worldbank.org/html/extdr/mdgassessment.pdf>)

World Commission on the Social Dimension of Globalization (2004), A Fair Globalization.

WTO (1996), Agreement between the WTO and the IMF and the World Bank (WT/L/94). Geneva.

WTO (2001), Doha WTO Ministerial 2001: Ministerial Declaration. Adopted 14 November 2001 (http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm).

Young, Brigitte (2003), "Financial Crises and Social Reproduction: Asia, Argentina and Brazil," in: Isabella Bakker and Stephen Gill (eds.), Power, Production and Social Reproduction. Hampshire/New York: Palgrave Macmillan), pp. 103-123.

Young, Brigitte and Hella Hoppe (2003), The Doha Development Round, Gender and Social Reproduction. New York/Berlin: FES.

Zampetti, Beviglia (2004), The Impact of WTO Rules on the Pursuit of Gender Equality, in: UNCTAD (ed.) Trade and Gender. Opportunities and Challenges for Developing Countries. Geneva, pp. 293-320.

Sobre las autoras:

Maria Floro é Professora de Economia na Universidade Americana de Washington, DECISÃO, e especialista de renome internacional em Gênero e Economia. A Professora Floro tem explorado as questões de gênero e desenvolvimento econômico de vários ângulos e trabalhado ao longo de sua carreira em várias funções junto a organizações de base, ministérios, as Nações Unidas e outras agências internacionais. Ela é natural das Filipinas, obteve seu doutoramento na Universidade de Stanford e é autora de vários livros e artigos sobre o assunto de gênero e economia.

Hella Hoppe é PhD em Economia, tendo se especializado em economia política, economia feminista e pesquisa de gênero. Trabalha atualmente como pesquisadora do Instituto de Teologia e Ética (ITE) da Federação de Igrejas Protestantes da Suíça (SEK-FEPS) em Berna. Em 2003 e 2004, Hella Hoppe foi Pesquisadora Visitante no escritório de coordenação entre a FES e a ONU em Nova York, e Bolsista do Programa de Bolsistas do Novo Século da Comissão Fullbright. Anteriormente, a Dra. Hoppe havia trabalhado em funções de pesquisa na Universidade de Münster e junto ao Alto Comissariado do Parlamento Alemão para a Globalização da Economia Mundial.

Diálogo sobre a Globalização

Através de conferências, oficinas e publicações, o Diálogo sobre a Globalização contribui para o debate internacional sobre a globalização enquanto parte do trabalho internacional da Fundação Friedrich Ebert (FES). Baseia-se na premissa de que a globalização pode ser voltada para a promoção da paz, da democracia e da justiça social. O Diálogo sobre a Globalização se dirige a ativistas tanto nos países em desenvolvimento quanto nas partes industrializadas do mundo, ou seja, políticos, sindicalistas, autoridades governamentais, empresários e jornalistas, bem como representantes de ONGs, de organizações internacionais e do mundo acadêmico.

O Diálogo sobre a Globalização é coordenado pelo escritório central da Fundação Friedrich Ebert em Berlim e por seus escritórios de Nova York e Genebra. Seu programa se baseia em grande parte na rede internacional da Fundação Friedrich Ebert – uma instituição alemã sem fins lucrativos comprometida com os princípios da democracia social – com escritórios, programas e parceiros em mais de 100 países.

Para maiores informações acerca do Diálogo sobre a Globalização, queira entrar em contato com:

Friedrich-Ebert-Stiftung Berlin
Hiroshimastrasse 17
D-10785 Berlin
Tel.: ++49-30-26-935-914
Fax: ++49-30-26-935-959
Roswitha.Kiewitt@fes.de
www.fes.de
www.fes.de/globalization

Friedrich-Ebert-Stiftung
Geneva Office
Chemin du Point-du-Jour 6 bis
CH-1202, Geneva
Tel.: ++41-22-733-3450
Fax: ++41-22-733-3545
fes.geneva@econophone.ch
www.fes-geneva.org

Friedrich-Ebert-Stiftung
New York Office
823 United Nations Plaza, Suite 711
New York, N.Y. 10017
Tel.: ++1-212-687-0208
Fax: ++1-212-687-0261
fesny@fesny.org
www.fesny.org

ISSN 1614-0079
ISBN 3-89892-337-1

© Fundação Friedrich Ebert. Todos os direitos reservados.
O material desta publicação não poderá ser reproduzido, armazenado ou transmitido sem permissão prévia dos detentores dos direitos autorais. Pequenas passagens podem ser citadas, contanto que a fonte seja plenamente esclarecida. Os pontos de vista apresentados nesta publicação não são necessariamente os da Fundação Friedrich Ebert ou da organização para a qual o autor trabalha.

